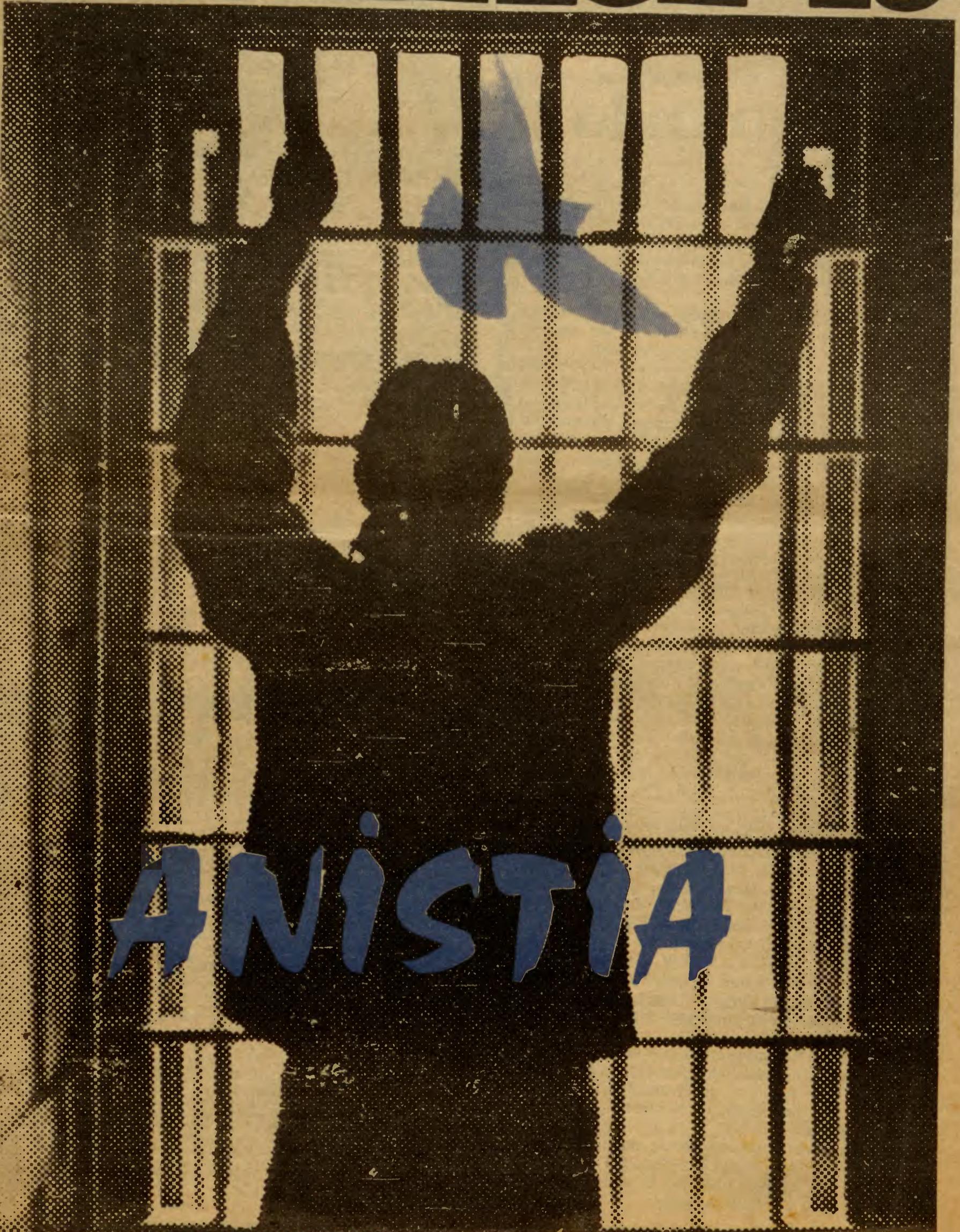


# brasil mulher 13

Cr\$ 8,00

Julho de 78 Ano 3



# ANISTIA



# arrocho, até quando?

Custou bastante, mas enfim aconteceu: os trabalhadores de São Paulo, a partir das «greves de maio» no ABC, na Capital, em Osasco, estendendo-se por Campinas e Guarulhos, ampliando-se cada vez mais, conseguiram o que há mais de 3 anos não se tinha: o direito de lutar, de reivindicar, de usar sua principal arma de pressão: a GREVE.

Durante mais de 13 anos, os trabalhadores brasileiros foram sufocados pela lei do arrocho salarial, que neste momento conseguem «arrancando» um reajuste imediato. As falsas estatísticas salariais de 73 originaram a luta pela «reposição salarial». Isto aconteceu porque o direito do trabalhador de reivindicar, de pressionar, de se organizar livremente nos sindicatos e o direito de greve não existiam de verdade. Além dos sindicatos «atrelados» ao Estado e ao governo, foi feita uma lei antigreve depois de 64 e, por essa mesma lei, as greves de hoje são «ilegais».

Na verdade, elas são mais que justas, são legítimas, pois representam o ponto máximo de saturação a que chegou o trabalhador brasileiro. Desta vez, a crise que envolve o regime autoritário é profunda: pressionado de todos os lados, vê-se forçado a mudar, é levado a fazer concessões e não pode reprimir tanto quanto quer.

No movimento grevista, agora já envolvendo cerca de 200.000 trabalhadores, a questão específica da mulher não apareceu somente com a reivindicação de salário igual para trabalho igual. O fato de milhares de operários irem à greve junto com seus companheiros de classe, não é uma experiência nova. Participando muito ou pouco, às vezes liderando o movimento, elas sempre estiveram presentes e, neste momento, esta participação tem importância maior.

Hoje, cada vez mais mulheres trabalhadoras despertam para os seus problemas e lutam por seus direitos. Em janeiro deste ano, 300 operárias reuniram-se no Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Uma das consequências do Congresso foi o desencadeamento da luta contra o horário noturno, de forma mais organizada, e que conseguiu não só o apoio dos trabalhadores como um todo, mas também o de vários grupos de mulheres ligados aos trabalhos dos bairros.

Cada vez fica mais claro que as reivindicações femininas, longe de dividir a classe, a fortalecem, na medida em que as trabalhadoras assumem mais conscientemente suas lutas específicas e gerais.

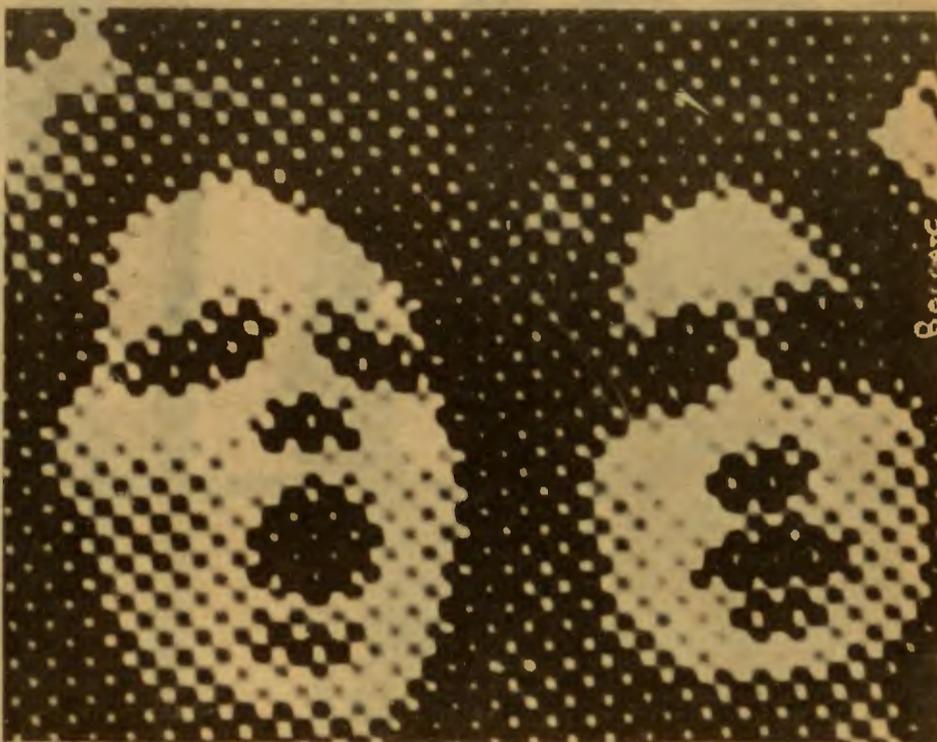
As greves continuam sendo vitoriosas, devendo estender-se por outros Estados. A primeira batalha foi ganha. Abriu-se o caminho ao ser conquistado o direito de lutar.

## LEIA A IMPRENSA INDEPENDENTE

Amanhã  
Bagaço  
Capa  
Cobra de Vidro  
Coojournal  
De Fato  
Em Tempo  
Escrita

Flagrante  
Gota  
Invasão  
Movimento  
Mutirão  
Nós Mulheres  
O Beijo  
O São Paulo

O Vagão  
Paca-tatu, Cutia não  
Pasquim  
Poesias Populares  
Rádice  
Repórter  
Varadouro  
Versus



Assine **Brasil Mulher**, o «nanico» da mulher trabalhadora. Com seu apoio este jornal vai ficar melhor ainda. A imprensa independente depende de você: **colabore!**

Nome: ..... Profissão: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Observações: .....

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher: Rua Fidalga, 548, sala 16, Vila Madalena, São Paulo (SP)

Assinatura anual: Cr\$ 100,00, semestral: Cr\$ 50,00  
Apoio: Cr\$ 200,00  
Exterior: assinatura semestral US\$ 8,00  
anual US\$ 15,00

# brasil mulher

CONSELHO EDITORIAL: Amelina de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ângela Borba, Beatriz Bargieri, Diva Burnier Romão, Luiz Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosalina Santa Cruz Leite.

REDAÇÃO: Leda Beck (editora) Alceu Nader, Ana Maria Silva, Cecília Thompson, Cecília Wetten, Derly, Elisabeth Sardelli Mazini, Elza Machado, Fernanda, Iara G. Areias Prado, Ieda M. Areias, Janina Maria Adamenas, Lucila, Maria Alice P. de Moraes, Maria Elisa Leonel, Marisa Sobral, Maristela Debenest, Marli de Araujo, Percival Maricato, Rita, Rosa Guillon, Valquíria Queiróz, Vera Lúcia.

ARTE: André Boccato (editor), Conceição Cahu, Chico Borges, Dina Beck, Roberto Junqueira Caldas e Sizenando (ilustração); Glorinha (foto), Maria José e Toninho (paste-up).

COLABORADORES: Albertina de Carvalho, Aparecida M. de Oliveira, Bárbara Ferreira Arena, Carlos Manuel Carlino, Ciça, Consolación Fernandes, Kátia Antunes de Andrade, Madá Barros, Maria Luiza Fernandes, Maria Prudente de Moraes, Maria Quinteiro, Maria Tereza Ghiringhelo, Marlene Crespo, Mônica S. de Barros, Mozart Benedito, Naná Gama e Silva, Rachel Moreno. Belo Horizonte: Ângela América da Silva Albernaz, Ângela Dumont Teixeira, Inês Assunção Teixeira Gomes, Maria Auxiliadora Teixeira Machado, Maria da Conceição Teixeira Pereira, Maria Zélia Castilho de Souza Rogedo, Mônica Eustáquio Fonseca Fernandes, Volanda Lúcia Menezes Rodrigues. Paris: Beth Lobo, Lena Lavinás e Maria Helena Tachinardi (texto); Otilia, Sueli Tomazini e Sula (fotos).

DIRETORA RESPONSÁVEL: Leda Beck, matrícula sindical 4984

DEPARTAMENTO JURÍDICO: Márcia Ramos de Souza, Luiz Eduardo Greenhalg.

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher, com sede em São (rua Fidalga, 548, sala 16, Vila Madalena) e no Rio (av. Rui Barbosa, 762). É permitida a reprodução parcial ou total de matérias, desde que a fonte seja citada.

VENDAS: São Paulo - Livraria Diadorim (praça Dom José Gaspar, 106, loja 19); Editora Avanço (rua Aurora, 704); Livraria Zapata (rua Cesário Motta Júnior); Rio de Janeiro - Centro da Mulher Brasileira (av. Franklin Roosevelt, 39, sala 713); Muro Livraria e Editora Ltda. (rua Visconde de Pirajá, 82, sala 102); Livraria Leonardo da Vinci; Recife - Livraria Dom Quixote (av. Conde de Boa Vista, 250, loja 4).

Composição: Editora Afa Ltda., av. Liberdade, 704, São Paulo.

Tiragem: 10.000 exemplares.

Junho/julho de 1978.

# greve

«Tamos tirando a mão de obra de circulação viu, moça, não e greve.  
Porque quando eles querem fazer sumir o leite, não falam que é greve.  
Diz que é tirar o leite de circulação.»

«Como começou a greve? Há muito tempo que todo mundo reclama do salário e do regulamento da Philco-Ford, que tem prejudicado muito os operários. Essa greve não tem cabeça, não. Somos todos responsáveis por ela.»

A explicação é de uma calibradora da Philco-Ford, uma das quase cinco mil mulheres que há na empresa, num total de sete mil operários. Ela ganha Cr\$ 12,80 por hora, o que resulta num salário mensal de cerca de Cr\$ 2.600,00, sem contar os descontos. E, como ela, a grande maioria dos operários é também horista.

Foram elas que iniciaram a paralisação no dia 27 de junho, uma terça-feira. Nesse dia, à tarde, todas chegaram mais cedo e foram para o restaurante da fábrica. E de lá gritaram: «Queremos aumento de salário: E não vamos trabalhar enquanto não vier o aumento!»

Um dos diretores da Philco diz que foram «só uns 2.500» que começaram a greve. Mas como esses 2.500 eram horistas da linha de montagem, por falta de material a paralisação logo atingiu o resto da empresa e o número de operários parados chegou aos sete mil.

Começaram então as negociações entre a comissão de trabalhadores e a diretoria da empresa. Cerca de 40 operários compõem a comissão: são eleitos pelas bases, à proporção de dois por seção, e foram eles que formalizaram a proposta de 25% de aumento. O patrão contrapôs 13% e recebeu um sonoro não como resposta. Agora, os diretores dizem que estão «estudando uma porcentagem menor e escalonada segundo os diversos níveis de salário».

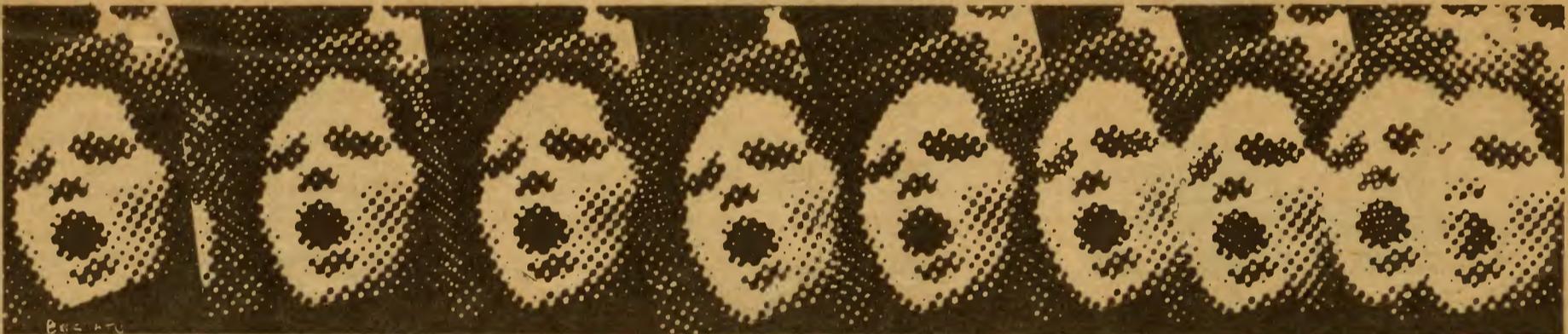
O pessoal que trabalha na linha de montagem é justamente o que ganha menos: 8,40 a hora. E, para as mulheres, a Philco tem uma única vantagem: salário igual para trabalho igual, independente do sexo. Mas elas têm outros problemas, comuns às operárias de qualquer fábrica: «Quem tem filho, não pode faltar quando a criança adoce. E não tem creche, também. Quando a gente falta três vezes,

eles mandam embora. E o uso do banheiro também é outro problema sério: só pode ir uma vez de manhã e outra de tarde. As grávidas também têm que seguir esse regulamento. Quem trabalha na linha não pode sair se não tiver reserva. Para cada linha são 55 operárias, e só tem três reservas».

Os operários da Philco-Ford também têm muitas outras reivindicações, além do aumento salarial: querem melhoria da qualidade da comida, no refeitório da fábrica, e redução dos preços («algumas de nós têm que trazer marmíta de casa, porque não podem pagar o preço daqui»); querem que a fábrica resolva o problema da condução, pois são elas mesmas que alugam um ônibus para deixá-las na empresa na hora certa («eu, por exemplo, tenho que chegar às 5 e 28 da manhã; se chegar dois minutos atrasada, perco meio hora de salário»); querem, ainda, a extensão da taxa de insalubridade a seções onde esse extra não é pago. O problema do ônibus, porém, parece ser dos mais sérios: «Cada um paga Cr\$ 4,00 por viagem. Mas quem mora em Guaianazes, por exemplo, tem que pagar Cr\$ 5,00. Cada seção tem um encarregado do ônibus, escolhido por nós, e a empresa nem toma conhecimento disso».

Será que a greve vai dar resultado? O próprio diretor de operações da Philco, Adalberto Machado, informava que, no primeiro dia, a produção ainda foi integral; mas na quarta-feira caiu muito e na quinta ficou reduzida «a zero». As operárias também calculam um prejuízo muito grande: «Nós trabalhamos na montagem de rádio e, agora que paramos, calculamos que deixamos de fazer 1.420 rádios por dia», conta uma delas. «E a Philco vai deixar de produzir 1.420 rádios todos os dias? Acharmos que não.»

E uma operária garantiu: «A Philco é uma grande empresa, muita generosa. Mas agora é a nossa vez. Acho que ganharemos 25%. Todos unidos são mais fortes que um grandão».



Como na Philco-Ford, em muitas outras fábricas as mulheres operárias estão tendo um papel de destaque nas recentes greves de São Paulo. Exemplo disto é o movimento grevista da Commander, em Diadema, onde a participação destacada das operárias especializadas foi um fato marcante. Agora, elas têm sido alvo de ameaças e de demissões, com mais de quatro casos já encaminhados ao sindicato.

Essa opressão, que se abate de forma mais aguda sobre a mulher, pode gerar uma certa vacilação num primeiro momento, como ocorreu na fábrica Constanta (grupo Phillips) em Ribeirão Pires, onde a maioria da mão-de-obra era constituída de mulheres, que, a princípio, não acompanharam a greve puxada pelos ferramenteiros, reivindicando inclusive salário igual para trabalho igual.

Mas, por outro lado, a elevação do nível de consciência da mulher trabalhadora faz com que se vá criando uma tradição de muita luta e combatividade. Isto se tornou patente em muitas fábricas, especialmente na Brosol, na Rowamet e na Alpargatas, além da Philco-Ford, claro.

Na Brosol, fábrica de carburadores localizada em Ribeirão Pires, as 800 mulheres, entre 1300 trabalhadores, puxaram a greve, exigindo 20% de aumento. A grande revelação é a liderança assumida pelas operá-

rias, que tiveram o papel mais destacado durante as negociações com os patrões. Inicialmente, frente à intransigência da indústria, as operárias pressionaram os patrões, exigindo a presença do sindicato. Depois de quatro horas de reunião com a diretoria da Brosol, o presidente do sindicato foi ao restaurante da indústria, onde as trabalhadoras estavam reunidas, para apresentar a proposta da empresa.

Os 10% oferecidos foram rechaçados imediatamente pelas mulheres, que assumiram formalmente a liderança do movimento na indústria. Ou 20% ou nada. Novo encontro com os patrões. E a proposta foi acrescida de mais 5%. Novamente, a proposta da empresa foi recusada. Nesse momento, o presidente do sindicato questionou a decisão das mulheres trabalhadoras em manter a greve e perguntou se elas permaneceriam sem trabalhar por mais 3 dias. Se fosse necessário, a greve continuaria. As trabalhadoras sabiam que a Brosol também teria prejuízos com a paralisação.

A greve continuou até as 4 horas da tarde, quando o sindicato trouxe a proposta de 15% de aumento, mais 5% de antecipação a serem descontados no próximo dissídio. As operárias protestaram novamente. Mas depois de muitas discussões acabaram concordando. O que na verdade já significou

uma expressiva vitória, na medida em que conquistaram aumento imediato de 20%.

Na Rowmet, indústria eletrometalúrgica de Santo André, os 60 empregados paralisaram suas atividades no dia 26, das 7 às 11 horas. 50 dos trabalhadores são mulheres, que não recebem mais do que Cr\$ 1800,00. Elas se mostraram dispostas a continuar em greve caso a empresa não atendesse a reivindicação de 20% de aumento. Num primeiro momento, a diretoria da fábrica tentou negociar diretamente com os funcionários, dizendo que a empresa não estava em condições de conceder aumento. Os patrões ouviram dos empregados a decisão de continuarem em greve caso não houvesse acordo.

Já com a mediação do sindicato, veio a proposta dos patrões: 5% de aumento em julho, 5% em agosto ou, como forma alternativa, 8% em julho. Frente a essa proposta mesquinha, que não se equiparava nem aos acordos feitos em outras empresas do setor (aumentos superiores a 10%), os operários mantiveram-se firmes na greve.

Depois de novos entendimentos acabaram aceitando 10% de aumento a partir de 1.º de julho, com base no salário de 31 de maio, antecipação de 5% sobre o dissídio, a partir de 31 de novembro, com a exigência de não punição de qualquer companheiro em represália à paralisação, assim como o pagamento das horas paradas.



# no Brasil, o aborto é proibido. mas acontece.



Em 1976 foram feitos 1,5 milhão de abortos ilegais no Brasil. Aqui, morre-se quatro vezes mais de aborto do que de parto, e, nas clínicas especializadas, há quem pague até Cr\$ 30 mil por um aborto.

O aborto no Brasil só é permitido por lei em dois casos: quando a vida da gestante está em perigo — terapêutico — ou quando há estupro, violência, o chamado aborto sentimental. Existe também um projeto de lei tramitando no Congresso. No entanto, a prática ilegal e muitas vezes criminosa do aborto continua a ser em nosso país uma indústria bastante lucrativa, ocorrendo casos em que os próprios hospitais aumentam sua rentabilidade através dessas "cirurgias", embora não seja possível provar isso, pois, oficialmente, outros diagnósticos são fornecidos. Na verdade, o problema está diretamente ligado às péssimas condições de vida da mulher trabalhadora brasileira, ou seja, não lhe é dado o direito de optar entre ter ou não filhos, pois ela sabe que na maioria das vezes é rejeitada num emprego pelo fato de ser mãe ou estar grávida. A falta de informação sobre os métodos anticoncepcionais mais seguros e eficazes é um fator importante sobre o número de abortos provocados, segundo foi comprovado por uma pesquisa realizada nos centros de saúde da periferia de Osasco, envolvendo 124 mulheres. Mais de 10% por cento das entrevistadas praticam o aborto como forma de interromper a gravidez não desejada.

Essa desinformação é causada, principalmente, porque às mulheres brasileiras não é dada nenhuma informação ou formação sexual, e são poucas as que têm condições financeiras para frequentar um médico ginecologista que possa orientá-las sobre o método anticoncepcional mais adequado para seus organismos. Por essa razão, é frequente o uso de métodos pouco seguros de anticoncepcionais e, pior ainda, métodos abortivos rudimentares e prejudiciais, como as sondas abortivas, agulhas de crochê e tricô, chás das mais variadas ervas e até chá de pregos enferrujados. Esses «métodos» provocam sérios danos à saúde da mulher, além de, muitas vezes, levar à esterilidade e até mesmo à morte.

O Programa Materno-Infantil do Ministério da Saúde, que inclui o tratamento da infertilidade e a assistência à gestante, infelizmente ignora problema da gravidez indesejada e consequentemente do aborto provocado. De acordo com o ex-ministro e ex-governador de Minas Gerais Clóvis Salgado, foram feitos 1,5 milhão de abortos no Brasil só em 1976.

Na América Latina o índice de abortamentos socorridos em hospitais reduziu-se em um terço entre 1965 e 1975 com a difusão dos métodos anticoncepcionais. Por outro lado, verificou-se o aumento

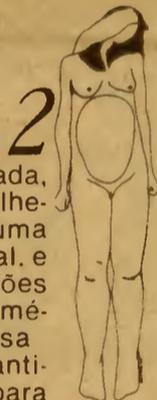
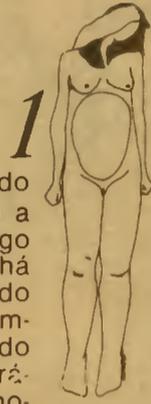
dramático na ocupação de leitos hospitalares por abortamento, em 1974, em todo o Brasil, quando uma portaria do Ministério da Saúde tornou obrigatória a apresentação de receita médica para a venda de anticoncepcionais, ou seja, é a prática de uma medicina elitista, pois apenas uma reduzida camada social das mulheres pode se submeter regularmente aos exames ginecológicos.

A mortalidade provocada pelo aborto é quatro vezes superior à provocada pelo parto, fato causado principalmente pela falta de recursos econômicos das mulheres que são obrigadas a se submeterem às «curiosas». 25% dos leitos de toda rede hospitalar são ocupados com casos de abortos em que houve complicações. Para cada 100 crianças concebidas, 40 deixam de nascer; a cada 10 minutos, 29 abortos são praticados; de cada 100 mulheres que abortam, 56 são casadas, 41 são solteiras e o restante, desquitadas e viúvas. 80 delas sofrem sérias consequências físicas, que resultam na morte de pelo menos 20. Esses dados referem-se especificamente ao Brasil.

O número de abortos praticados em nosso país apresentados pela Unesco - 2,5 milhões de abortos ilegais anualmente - na verdade está longe da realidade, porque não há condições nem meios de se levantar dados estatísticos corretos, pois a grande maioria dos abortos são feitos na clandestinidade. Também os preços variam muito: nas periferias, onde os abortos são feitos por «curiosas» ou parteiras, com métodos pouco seguros e más condições de higiene, o preço vai de menos de mil cruzeiros a cinco mil. Nas camadas favorecidas, em que o aborto é feito em hospitais ou clínicas especializadas, cobra-se de três mil cruzeiros a oito/dez mil, chegando até a 30 mil cruzeiros, dependendo do tempo de gravidez e da sofisticação da clínica.

Em nosso país é muito grande o número de mulheres que se vêem obrigadas a fazer vários abortos durante a vida. Aí, chega-se ao absurdo do aborto ser usado como um método anticoncepcional.

O projeto de lei do deputado emedebista João Menezes, do Pará, sobre a legalização do aborto, apresentado à Câmara dos Deputados em 1975 e rediscutido no ano passado, prevê a legalização do aborto no Brasil quando praticado nas 12 primeiras semanas de gravidez (três meses) e nos casos de estupro e atentado violento ao pudor. Ele baseia seu projeto de lei em dados da Unesco, no grande número de leitos hospitalares ocupados por mulheres vítimas de abortos malfeitos e na parte considerável do sangue consumido nos hospitais que se destinam para esses casos.





# as mulheres italianas

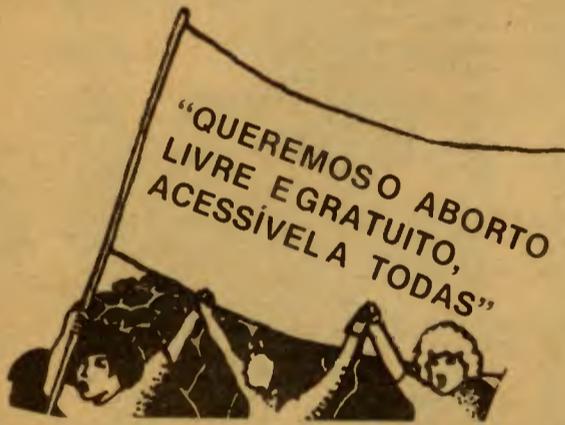
## legalizaram o aborto

"O problema não é abortar. O problema é ter a possibilidade de sermos mães todas as vezes que quisermos, e só essas vezes".

Com frases assim, as mulheres italianas estão lutando há anos pela legalização do aborto em seu país. Agora, chegou o momento: no dia 18 de maio de 1978 o Senado da Itália aprovou a lei do aborto, que regula a interrupção da gravidez.

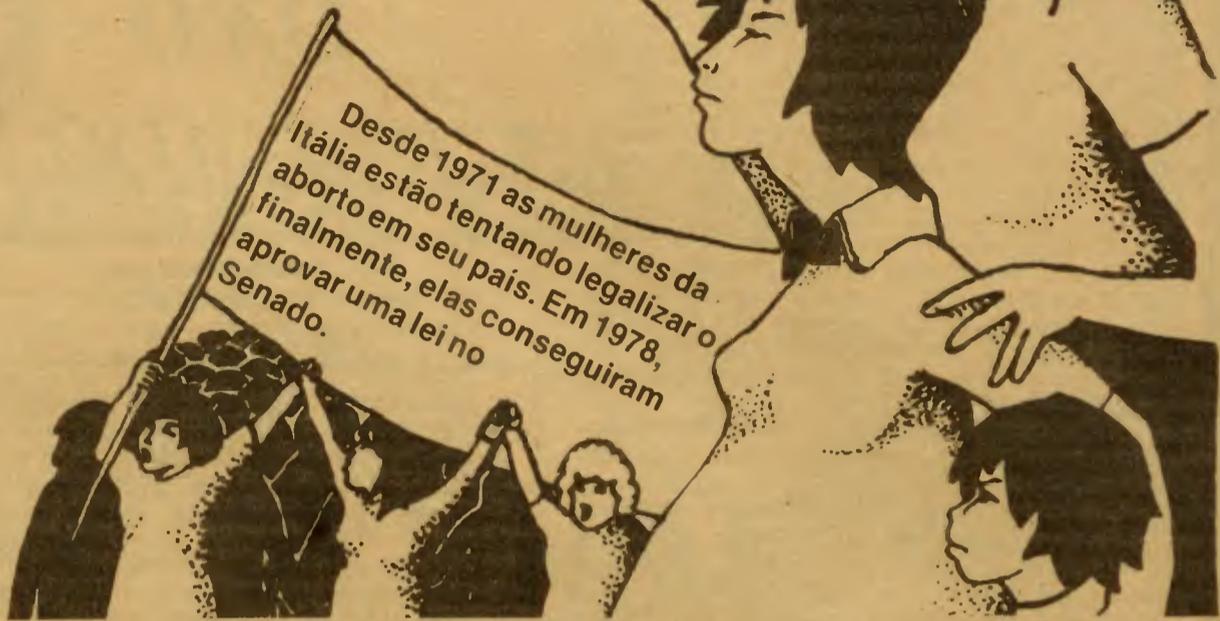
Esta conquista foi fruto da combatividade das mulheres italianas, que foram se organizando em torno da questão do aborto a partir de 1971. A discussão sobre o problema foi iniciada por pequenos grupos de trabalho dos movimentos feministas, que iam tomando consciência de "como é importante o direito da mulher decidir quantos filhos quer ter".

Em 1972, um desses movimentos, o "Luta Feminista", publicou um manifesto denunciando que "o sistema que nos proíbe por lei de praticar o aborto é o mesmo que nos obriga a praticá-lo". Para elas, "não é com o salário de miséria do marido, a falta de espaço e a insalubridade da casa que se tem condições para ter filhos, ainda que eles sejam desejados".



"Nós, como todas as outras mulheres, temos necessidade urgente de organizar a luta pelo aborto, como objetivo mínimo e imediato, já que o estágio em que se encontra a pesquisa sobre anticoncepcionais não nos permite fazer primeiro uma divulgação livre e gratuita desses métodos", prossegue o manifesto. "Estamos conscientes dos riscos que eles implicam, tanto a pílula como qualquer outro. Mas nós não queremos um aborto qualquer. Nós queremos um aborto livre e gratuito, com anestesia, acessível a todas as mulheres. É comum dizer que a mulher que ganha um salário mínimo pode ter um filho; se ganha mais, pode ter mais filhos. Nós não concordamos que o número de filhos seja decidido em função do salário. Nós queremos ter o direito de escolher. É um direito que, por vezes, tem que passar pela conquista de uma habitação digna: pois na comunidade que nós queremos conquistar não pode existir promiscuidade pela falta de espaço..."

Em 1974, as reivindicações das mulheres



italianas começam a ser levantadas no Parlamento, pelo Partido Radical. É nessa altura que surge em toda a Itália, por iniciativa das mulheres organizadas, centros clandestinos, onde se praticavam diariamente centenas de abortos pelo método Karman (gravidez até três semanas, indolor e por sucção).

Um desses centros, perto de Florença, é descoberto e fechado pela polícia. As mulheres reagem imediatamente com manifestações públicas por todo o país. A repressão é, no entanto, cada vez mais forte e leva os movimentos feministas a pensarem em outros jeitos de burlar a lei. Elas começam, então, a organizar viagens de fim de semana para a Inglaterra, onde o aborto é legal, por preços bem baratos. Mas os centros clandestinos vão retornando à atividade e multiplicam-se aos milhares por toda a Itália.



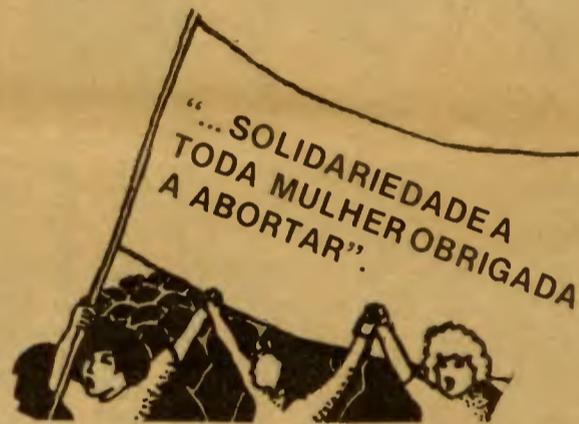
O aborto torna-se um assunto comentado por toda a gente e, em 1975, o Parlamento começa a discutir a lei, para evitar um referendo proposto pelo Partido Radical juntamente com os movimentos feministas.

Em 1977, entra no Senado um projeto-de-lei sobre o aborto, que é rejeitado e só viria a ser aprovado em 1978. Os pontos mais importantes dessa lei são: o aborto não deve ser considerado como um meio de controle de natalidade e será permitido para as maiores de 18 anos, nos primeiros 90 dias de gravidez (para as menores de idade a lei estabelece que seja solicitada a aprovação de quem exerce o pátrio poder ou a tutela).

Depois dos 90 dias de gravidez, o aborto só será permitido em caso de sério perigo para a saúde física ou psíquica da mulher e quando suas condições econômicas, sociais e familiares não lhe garantam um parto e uma maternidade seguros. **E o mais importante: os gastos com o aborto, execu-**

**tado em hospitais públicos, ficarão por conta do Estado.**

Além disso, o governo fica obrigado, pela lei, a formar pessoal hospitalar e demais interessados em questões relativas à educação sexual e ao processo de gestação e parto, anticoncepcionais e técnicas de interrupção da gravidez.



Diante da lei aprovada, os grupos feministas italianos prosseguiram em sua luta. "Nós mulheres temos, hoje, um primeiro instrumento contra a praga do aborto clandestino", dizem elas. "Abrem-se assim novas perspectivas de luta para tornar operante esta lei, para vencer a resistência psicológica, social e institucional que poderá entrar a sua aplicação. O movimento das mulheres deve desde já ter como objetivo apoiar toda mulher que se encontra na condição terrível de ser obrigada a abortar, para que este drama não seja vivido individualmente, que haja solidariedade entre nós todas, que haja garantias de que a estrutura sanitária responda plenamente aos objetivos que a lei impõe, respeito pela decisão da mulher e salvaguarda da sua saúde".

O direito do aborto livre e gratuito tem sido levantado por todos os movimentos e organizações de mulheres na Europa. A denúncia pública e em massa feita pelas próprias mulheres que abortaram, na França, na Alemanha e em outros países, foi uma das formas de luta pela qual se expressou essa revolta contra uma legislação que as obrigava a praticar o aborto ilegal e em más condições. Foi pela luta e organização dessas mulheres que os governos dos diferentes países se viram pressionados e legalizaram o aborto.

Na Europa, só Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda ainda não legalizaram o aborto.



# MOVIMENTO DO

"O governo acaba de decretar os novos índices do salário mínimo. Ele é de Cr\$ 1.560,00 para São Paulo e o ministro dizia que esses índices são maiores do que o aumento do custo de vida. Essa afirmação é verdadeira só nos gabinetes. Na vida de nosso povo, o que são Cr\$ 1.560,00? Não vamos esperar o Ministério do Trabalho para resolver a situação. É preciso que o povo comece a resolver seus problemas. É preciso que comecemos a falar alto nas fábricas, nas ruas que as coisas não vão bem. É preciso que os trabalhadores façam parte dos seus sindicatos, reforcem as oposições sindicais, porque o sindicato quando tiver a força do trabalhador conscientizado, é um lugar importante para levar à frente as lutas.

É preciso que nos unamos em pequenas ações. Temos que reivindicar tudo. Nós precisamos ser um povo que coloca a boca na rua!!"

Quase 800 pessoas aplaudem com muito entusiasmo as palavras de dom Angélico, bispo da Zona Leste de São Paulo, que inicia a manifestação de lançamento do Movimento do Custo de Vida (MCV) na Vila Cangaíba. É domingo, véspera de 1º de Maio, 3 horas da tarde e o salão paroquial está abarrotado de gente, na maioria mulheres.

Depois das palavras de dom Angélico, a música do MCV foi cantada muito alto, assumindo um caráter de síntese das reivindicações mais imediatas daquelas pessoas,

## ZONA LESTE

### DÁ O

### RECADO

**Nós precisamos ser  
um povo que coloca a  
boca na rua !!!**

cujo coro forte parecia ter a intenção simbólica de ecoar por todas as ruas do país.

O representante da Coordenação Central do MCV — Aurélio Peres — reafirmou o que já dissera outras vezes em manifestações deste tipo: "O MCV não é um movimento que faz oposição ao sistema. É um movimento que luta pela sobrevivência. As bandeiras do MCV são aquelas que podem ser assumidas por qualquer cidadão, por qualquer partido político, por qualquer sindicato".

E a manifestação esquenta mesmo, com as palavras do representante da Oposição

Metalúrgica de São Paulo, CHAPA 3 — aplaudido inúmeras vezes e que expressou uma visão diversa da anterior sobre o problema do custo de vida: "Nós trabalhadores produzimos as riquezas mas não participamos delas. Hoje somos vistos pelos patrões como verdadeiros indigentes. Por causa disso, precisamos de organizações que representem os trabalhadores. Só vamos conseguir salários dignos e melhores condições de vida, quando estivermos organizados nas fábricas e pudermos fazer greve. O que provoca a inflação não é o aumento do salário, é muito mais a compra de armamentos, a construção de estradas como a Transamazônica, que não servem ao trabalhador mas só ao latifundiário que cria boi. É também o dinheiro que vai para a Arena. Estas coisas acontecem porque os trabalhadores não participam das decisões do governo".

Este lançamento do MCV foi diferente dos outros não só porque todas as pessoas presentes, representantes ou não de entidades, que quisessem se pronunciar tiveram seu direito assegurado mas também porque em algumas intervenções ficou claro que a luta contra o aumento do custo de vida, é a mesma que as oposições sindicais estão levando contra o arrocho salarial. E que este movimento ganha força na medida em que está junto com todos os trabalhadores, contribuindo na conquista de seus direitos de se organizarem e se expressarem livremente.



Esta é a música do Movimento do Custo de Vida.

## JOGRAL

# A MULHER TRABALHADORA

- Leitora 1** — Nós vamos contar uma história sobre a mulher trabalhadora.  
**Leitora 2** — Em primeiro lugar, não vamos esquecer que a mulher trabalhadora não é a que trabalha fora, na fábrica.  
**Leitora 3** — Mulheres trabalhadoras somos todas nós, que cuidamos da casa, das crianças.  
**Leitora 4** — Que cozinhamos, que lavamos, passamos  
**Leitora 5** — Então, a mulher sempre trabalha, só que cuidar de casa não é considerado trabalho.  
**Leitora 1** — Como a gente não recebe salário para isso, esse trabalho é considerado de pouca importância.  
**Leitora 2** — Imagine então a mulher que trabalha fora e tem que ser dona de casa também  
**Leitora 3** — Ela trabalha dobrado, porque sai para o serviço e tem que deixar os afazeres domésticos já engatados.  
**Leitora 4** — E quando volta, tem que fazer o serviço que durante o dia não foi feito em casa  
**Todas** — É o que se chama dupla jornada de trabalho  
**Leitora 1** — As mulheres trabalhadoras sofrem os mesmos problemas que os homens trabalhadores  
**Leitora 2** — E as vezes enfrentam situações até piores  
**Leitora 3** — Hoje o que acontece é que os patrões se interessam pelo trabalho da mulher, mas não porque queiram favorecer os trabalhadores  
**Leitora 4** — A mulher interessa, porque em geral ela é chamada para serviços em que ganha menos que o homem embora faça a mesma coisa  
**Leitora 5** — E também interessa ao patrão porque ela não reclama muito, não protesta como os homens  
**Leitora 1** — Isto porque ela, desde criança foi acostumada a viver mais dentro de casa, sem participar diretamente  
**Leitora 2** — Sem que sua opinião tivesse algum peso nos problemas da comunidade  
**Leitora 3** — Hoje existem milhares de mulheres que são obrigadas a trabalhar pesado, a fazer horas extras como seus maridos  
**Leitora 4** — A enfrentar o grave problema de deixar as crianças trancadas em casa para trabalhar porque não existem creches  
**Leitora 5** — Apesar de existir na CLT um capítulo sobre a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a lei não é cumprida.  
**Leitora 1** — A lei diz que: quando trabalham mais de 30 mulheres acima de 16 anos numa empresa, o patrão tem obrigação de manter creches para as crianças pequenas  
**Leitora 2** — Diz que a mulher gestante não pode ser despedida  
**Leitora 3** — Diz que não pode haver diferenças de salário para trabalho de igual valor feito por homens ou mulheres. »  
**Leitora 4** — O certo numa sociedade justa, é que todos trabalhem e ganhem de acordo com o que produzem  
**Leitora 5** — Porque o trabalho é importante para homens e mulheres  
**Leitora 1** — E o trabalho que nos ensina a compreender melhor a vida.  
**Leitora 2** — Acontece que hoje em dia as coisas estão pretas.  
**Leitora 3** — Pai e mãe saem para trabalhar e as vezes nem se encontram para conversar  
**Leitora 4** — Não conversam com os filhos, chegam cansados, morrendo de sono  
**Leitora 5** — Enfrentam condução lotada, problemas de saúde  
**Leitora 1** — Falta de escolas para as crianças  
**Leitora 2** — Aumento do custo de vida  
**Todas** — Estamos aqui hoje para falar dos nossos problemas, das mulheres trabalhadoras  
**Leitora 3** — Dentro e fora de casa  
**Leitora 4** — Isso interessa a todas nós  
**Leitora 5** — Vamos falar dos nossos problemas e ver o que juntos, homens e mulheres, podemos fazer para mudar as coisas  
**Todas** — Nós mulheres e homens trabalhadores, temos que nos unir, porque só juntos teremos força para melhorar as nossas vidas

No lançamento do Movimento do Custo de Vida na Vila Cangaíba, um grupo de mulheres criou e leu um jogral sobre a mulher que trabalha. O texto do jogral é este aí do lado.

# CUSTO DE VIDA

## o mutirão

## chega à praça da sé



As mulheres vão se juntando na escadaria da Catedral da Sé. No começo são poucas, mas depois de algum tempo já são bem mais de 100. Populares começam a ficar curiosos para ler os cartazes carregados por elas: "Somos contra a carestia", "O preço do custo de vida sobe de elevador enquanto nosso salário sobe pela escada", "Como pode um povo viver nessa carestia".

Essas mulheres estão vindo de bairros bem distantes do centro. Demoraram mais de uma hora para chegar na Praça da Sé. São na grande maioria donas de casa, moradoras na periferia. Foram elas que organizaram o mutirão de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que o Movimento do Custo de Vida lançou três meses atrás. Esses mutirões já vêm sendo realizados nos bairros: grupos de pessoas interessadas nessa luta, vão de casa em casa colher assinaturas e mostrar a necessidade de participação nesse movimento. Muitos moradores dos bairros, a partir desse tipo de encontro, passam a aderir ao movimento.



"Ah, se esse movimento é pra aumentar o salário, então é claro que eu assino", disse um rapaz. E depois que um começou, não parou mais de chegar gente pra assinar.

"Pode ser que só assinando esse abaixo-assinado, não vamos conseguir nada, mas de qualquer forma já é hora de começar a se fazer alguma coisa, por isso vou assinar". Outro pedia ajuda para assinar porque "está meio difícil escrever sem óculos". E foi crescendo a animação. Até os comerciantes das lojas próximas se revezavam no trabalho para poder contribuir com sua assinatura. E aqueles homens que anunciam na porta das lojas — "olha a calça Lee, preço de ocasião, você, minha jovem, não vai querer?" — largaram seu trabalho para aderir à coleta de assinaturas: "É isso mesmo, dona, temos é que lutar por mais salário e mais emprego".

E dos muitos que assinaram, houve aqueles que passavam a ajudar, colhendo assinaturas, em folhas separadas que foram distribuídas. Outros pediam folhas do abaixo-assinado "para pegar mais assinaturas nas firmas e no bairro".

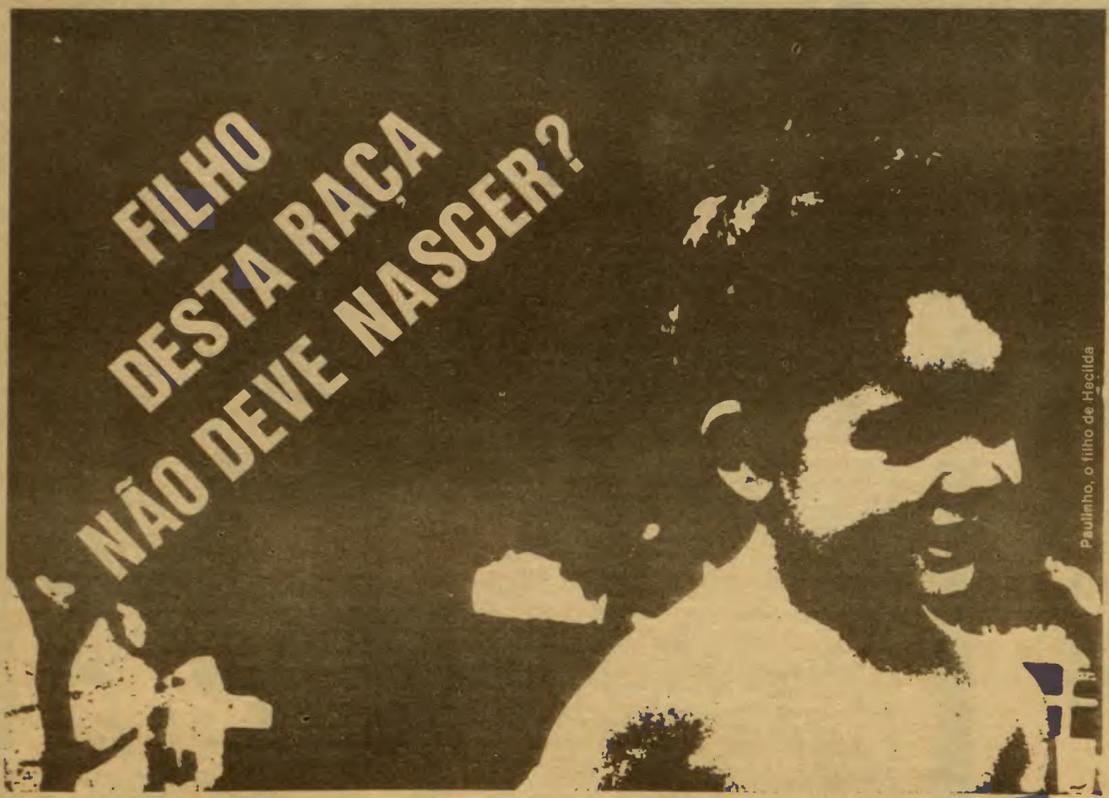
No final havia mais de 16 mil assinaturas, sem contar com aquelas que ainda não tinham sido entregues.

No momento, o abaixo-assinado tem 230 mil assinaturas. Sua importância, segundo os coordenadores do MCV é que é "um dos primeiros passos do nosso movimento. Com ele procuramos uma maior participação do povo. Em muitos bairros, por exemplo, foram organizados grupos de moradores de ruas, mutirões, atividades culturais e debates sobre o custo de vida. É importante que o abaixo-assinado atinja os mais amplos setores da sociedade, mas principalmente que ele seja um instrumento de organização e luta tanto nas fábricas e nos bairros como no campo".



"Que tal se fizéssemos um mutirão desses no Viaduto do Chá?" falou uma das participantes do movimento. Todo mundo gostou da idéia. E por isso foi possível organizar o mutirão de assinaturas em pleno centro de S. Paulo, no dia 22 de junho. E aquele povo da cidade que não pode parar, parou para assinar e discutir sobre o custo de vida.

No princípio, as pessoas na rua não davam muita importância àquelas mulheres e até mesmo estranhavam: "Finalmente, há muito tempo que o povo não pode se manifestar", disse um dos transeuntes. Outros ficavam com medo: "Será que assinar isso não traz problemas para a gente?" Mas as mulheres insistiam: "Pessoal, esse problema do custo de vida todos nós sentimos. Quantos de nós não deixam de comer carne porque não temos dinheiro para comprar? E quem não tá precisando de aumento no salário?"



Paulinho, o filho de Hecilda

**FILHO DESTA RAÇA NÃO DEVE NASCER?**

«Anistia... anistia. Quantos de nós já não ouvimos falar esta palavra uma centena de vezes e quantas vezes nos perguntamos o que vem a ser anistia. As vezes fazemos confusão quando ouvimos frases como esta: anistia ampla para todos os presos políticos. E de repente do ouvimos a pergunta: o que é um preso político? Todo aquele que não concorda com o regime de governo construído na base da ditadura, mostra de uma forma ou de outra essa dicordância, é considerado subversivo. Um preso político pode ser o Mané aí da esquina, que não concorda com o arrocho salarial. Pode ser o deputado que discursou contra o governo. Pode ser a dona Maria que lutou contra a carestia, ou então algum membro do sindicato, que defendeu o trabalhador. Deve ficar claro para nós, brasileiros, que a nossa situação atual é muito triste. Há vários de nossos irmãos que foram calados com a prisão e muitos deles hoje estão na sepultura, simplesmente por defenderem os oprimidos. A anistia é um direito nosso, de todo aquele que acredita numa vida melhor, onde o trabalhador possa reivindicar, onde o político possa discordar. Todos precisamos, religiosos, deputados, trabalhadores, professores etc. É uma questão de amor, como já dizia o poeta».

Esse depoimento é de Paulo, morador de um bairro da periferia de São Paulo/Zona Sul. Como ele, pensa dona Mariázinha, que mora no mesmo bairro e acha que «a gente reclama do que tá errado, mas não é uma nem duas pessoas que reclama, é todo mundo. Aqui no Brasil, só por isto a gente é preso. É o caso do jornalista Vladimir Herzog, que foi morto pelas torturas. Enquanto a gente tá aqui fazendo doce de abóbora, tem que gente que está sendo torturada. E por isto que eu estou a favor da anistia».

É por isso também que tanta gente no Brasil está pedindo anistia ampla, geral e irrestrita, quer dizer, prá todo mundo que foi preso, perseguido, torturado. Nestas duas páginas, o BM publica os depoimentos de duas ex-presas políticas, que deram à luz a seus filhos em meio a interrogatórios e torturas. Durante todo o tempo em que estiveram presas, grávidas, as duas ouviam seus torturadores gritarem: «Filho desta raça não deve nascer!»

Mas os filhos «desta raça» nasceram. Na página 10 estão os depoimentos das crianças dos presos políticos. E na página 11, três mulheres que ainda estão presas por razões políticas — Rosalice, Jesse Jane e Norma — falam da anistia.

**Crimêla Alice Schmidt de Almeida foi presa em 29/12/72, em São Paulo, aos sete meses de gravidez. Morava junto com sua irmã e seu cunhado, que tiveram a casa invadida e foram também detidos por agentes do DOI-CODI.**

Na rua Tutóia, sede da OBAN, fui torturada de várias formas: ameaças de assassinato, tapas e socos no rosto e cabeça, choques nas mãos e nos pés, na "cadeira do dragão", ameaças de sequestro de meu filho quando nascesse ou de confinamento da criança em órgãos de assistência ao menor abandonado. Traziam também minha irmã, que era despidada e colocada no "pau de arara". Injetavam-lhe substâncias que desconheço ou simplesmente espetavam-lhe a agulha de injeção.

Mais tarde, fui transferida para uma cela sem ventilação ou instalações sanitárias. A porta era aberta 3 vezes ao dia, por 10 minutos, para que eu satisfizesse minhas necessidades fisiológicas. O médico do Exército, que certa vez me examinou minuciosamente, interessou-se apenas em saber se eu tinha marcas de torturas e se o feto estava vivo.

Dias depois desse exame, fui transferida para o PIC (Pelotão de Investigações Criminais do Exército) em Brasília. Lá fiquei numa cela minúscula e escura. Era preciso manter a luz acesa o dia todo. Ouvia vozes de presos, mas nunca os vi pois sempre me tiravam da cela encapuzada.

**Hecilda Mary V. Fonteles de Lima, estudante de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, foi presa na noite de 6 de outubro de 1971, num ponto de ônibus da Avenida W-3, por agentes do CODI.**

Nessa mesma noite, no 5.º mês de gravidez, conheci a violência e a selvageria dos métodos usados pelos órgãos de segurança de nosso país. Queriam saber de meu marido, estudante de História e Direito da UNB. Recusei-me a dar qualquer informação ou contribuição para que o prendessem, o que os irritou. Mas, através da Universidade, obtiveram nosso endereço.

Na Polícia Federal, onde me encontrava, o delegado Deusdeth tentou agredir-me a socos e pontapés, sendo contido por um dos agentes, que dizia: "A moça pode abortar..." Mais tarde, fui atendida numa enfermaria militar, onde me aplicaram injeções e receitaram remédios. A ameaça de aborto se avizinhava. Minutos depois, encapuzada, fui conduzida ao PIC. Lá, o delegado Deusdeth reapareceu, trazendo instrumentos de tortura — "pau de arara" e "matraca" (para choques elétricos) —, rindo muito e dizendo que a noite seria "animada".

Fui então levada para uma cela, de onde ouvi murmúrios de outros presos e gritos que vinham do fundo do corredor, logo abafados por um rádio, ligado em altíssimo volume.

Pela manhã, o capitão Gomes veio comunicar-me a prisão de meu marido, dizendo que a Polícia Federal tinha feito "estrágos" nele, o que não aconteceria ali, pois o Exército não usava "tais métodos". Ofereceu-me leite e cigarros, insistindo no meu depoimento. Como me mantive calada, passou a me chamar de mãe desnaturada, acusação que ouvi repetidas vezes durante o inquérito.

Poucos dias depois, encapuzada, fui levada ao porão onde estava meu marido. Uma voz gritava: "Olha aí tua mulher. Queres que ela continue sofrendo, desgraçado?" Antes que me calassem, gritei: "Estou bem, Paulo!". O sargento Vasconcelos, um dos agentes que se destacou

Por duas vezes fui levada a interrogatório fora do PIC. Embora não tenha certeza do lugar, pareceu-me que se tratava do Ministério do Exército. No primeiro desses interrogatórios, fui colocada numa sala totalmente fechada, de paredes brancas, forrada de eucatex e focos luminosos de grande intensidade. Lá fiquei por mais de 6 horas, sem que ninguém aparecesse. Depois, um major veio me dizer que eu voltaria ao PIC, pois não houve tempo de me interrogar. Sai de lá molhada de suor, devido ao calor das lâmpadas, com os olhos irritados e a cabeça doendo.

Em meio a todas essas torturas e interrogatórios, sentia meu filho sofrendo dentro de minha barriga. Ele se agitava e tinha convulsões que chegavam a perdurar por mais de 24 horas.

No parto, continuaram os maus tratos. Na noite do dia 11/2/73 a bolsa d'água rompeu-se. Avisei aos guardas, mas só fui atendida às 5 horas do dia seguinte, sendo levada ao Hospital Distrital de Brasília. O médico que me atendeu disse que eu havia apenas urinado. Aplicou-me um frasco de Benzetacil e eu voltei para a cela, onde permaneci até às 17 horas, sem qualquer assistência. Prevendo que passaria a noite ali e não poderia fazer meu próprio parto, comecei a gritar que a criança estava nascendo. Levaram-me, então, ao Hospital da Guarnição de Brasília, onde o obstetra confirmou que a bolsa havia se rompido, dizendo que iria induzir o parto na noite seguinte. Na madrugada desse dia, 13/2, às 2 horas, meu

mais pela bestialidade no trato com os presos, avançou sobre mim, empurrou-me de volta à cela e, agarrando meu pescoço, tirou meu capuz e atirou-me com violência em direção à pia. Queria rebentar meu ventre! Abaixei-me a tempo, machucando os seios. Na tarde desse dia, ao ver meu marido, desmaiei de pé, uma dor intensa tomando todo o meu corpo. Ele estava em estado lamentável, mancando, um golpe profundo na testa, roupas rasgadas e ensangüentadas. Fomos levados a um carro que nos conduziu ao subsolo do Ministério de Exército, na Esplanada dos Ministérios.

Novos elementos entraram em cena: coronel Azambuja, major Andrade Neto, capitão Magalhães, "dr. Claudio" e outros. No 2.º andar do Ministério, na última semana de outubro, iniciaram a tortura dos refletores. Sob luz intensa, que mal me permitia abrir os olhos e me encharcava de suor éramos obrigados a fazer ginástica com os braços e o pescoço. Não podíamos encostar na parede e, durante o dia, havia uma única parada, de 10 minutos, para que nos alimentássemos. No sábado, vi meu marido, com a perna e o braço paralisados. O coronel Azambuja e o major Andrade Neto reuniram-se conosco para uma conversa. Se "colaborássemos", seríamos hospitalizados e soltos sem punições. Senão, iríamos para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, para "tortura psicológica". Mostraram-nos uma nota do Ministério do Exército, dando-nos como terroristas mortos em tentativa de fuga. Não aceitamos a proposta.

Em novembro, fomos enviados para o Rio de Janeiro. Passei mal na aterrissagem. Da cela do PIC, na rua Barão de Mesquita (hoje DOI-CODI), encapuzaram-me e enfiaram-me num carro, abaxada e com uma pilha de jornais por cima. Pararam o carro. Pelos ruídos e outros detalhes, percebi que havia voltado ao mesmo lugar. Levaram-se para o "laboratório" e sentaram-me numa cadeira baixíssima. Mandaram que eu tirasse o capuz. Estava numa pequena sala, muito iluminada, completamente vedada e com circuito interno de TV. Da base da cadeira

filho nasceu. Apesar de tudo, o parto foi "normal".

João Carlos nasceu com infecção nos olhos, adquirida quando ainda estava no útero, provavelmente por ter ficado tantas horas com a bolsa rompida. Ainda hoje, seu olho esquerdo apresenta, às vezes, uma infecção purulenta. Ele passou os primeiros dias de vida nu, envolto em compressas e lençóis do hospital, pois todo o seu inxoval fora roubado da casa de minha irmã pelos policiais que nos prenderam.

João Carlos nasceu com 3,150 kg. Com o passar dos dias foi perdendo peso, até ficar bem magrinho. Com pouco mais de um mês, o hospital passou a fornecer leite em pó e mamadeiras, nunca esterilizadas, apenas lavadas em água de torneira, muitas vezes sem sabão. A água para dissolver o leite também era de torneira, sem ferver, nem filtrar. Durante os 50 dias que passou nesse hospital, meu filho teve infecção intestinal por duas vezes. No quarto do hospital, guardado por três soldados armados da Polícia do Exército, vivemos todo esse tempo.

No dia 2 de abril, meu filho foi entregue a minha tia, que veio de Belo Horizonte. Este foi meu único contato com pessoas amigas. Até então eu estivera incomunicável. 110 dias depois de minha prisão, a 1/8/73, após vários interrogatórios e ameaças, fui posta em liberdade. As autoridades de Brasília informaram-me de que eu não havia sido presa, apenas "detida para averiguações".

saíam 4 fios elétricos. Diante de mim, o torturador, encarapitado num aparelho cheio de botões, parecendo um púlpito. Passou a olhar-me de forma estranha e mandou que me despiisse. Argumentando, resisti à ordem. Ele então se levantou e começou a enrolar os fios em torno do meu corpo, prendendo minhas mãos. Quando começou a mexer nos botões, senti dores indescritíveis, asfixia, frio, calor. Foi iniciado o interrogatório. Queria saber o mesmo que os torturadores de Brasília: minha atuação no movimento estudantil, meus colegas, professores. Recobri-me do pânico e recusei-me a dar qualquer resposta.

Sai do "laboratório" para a 13.ª Enfermaria do Hospital Central do Exército, onde recebi completa assistência. Lá pude entrar em contato com duas companheiras presas, uma com forte desequilíbrio psíquico, outra com amnésia.

Durante meu internamento recebi algumas visitas do pessoal do DOI-CODI, fazendo ameaças. Um dos visitantes foi o major Demiur. Certo dia o capitão Menezes levou-me de volta a Brasília. Cheguei ao Ministério do Exército encapuzada. Depois, fui novamente levada ao PIC de Brasília, sendo colocada numa cela cheia de baratas. Elas passeavam pelo meu corpo. Não consegui comer ou dormir. Na manhã seguinte recebi a visita do coronel Ary, autorizando que me avistasse com Paulo. Pouco depois vi meu marido. Pálido, abatido. Voltei para a cela já no limite minhas forças. Deitei e não consegui levantar, prostrada. Arrastei-me para a porta da cela, agarrei as barras de ferro e fiquei assim até ser vista. Numa maca, fui levada ao Hospital da Guarnição de Brasília, onde cheguei com pulsação muito fraca, ameaça de parto prematuro, forte angústia. Aos poucos iniciei minha recuperação física. Permitiram que meu marido me visitasse semanalmente. Através de permissão especial, minha sogra ficou comigo até alguns dias após o nascimento de meu filho.

Entreli em trabalho de parto em 20/2/72 às 11 e 30. As 22 e 55 nascia Paulinho. Menos de 24 horas depois do parto vieram buscar-me para levar-me de volta ao PIC. O médico dizia que, do ponto de

Não fui julgada ou condenada. No entanto, meu filho nasceu marcado por violências e pelo desrespeito à dignidade humana. Não tem marcas visíveis de torturas, mas aos 10 meses de idade sofreu convulsões, provenientes de um foco infeccioso no cérebro. Hoje, é uma criança medrosa e triste. Tem medo de polícia e ladrão, que para ele são uma coisa só. Tem medo de que eu saia e não volte mais. Se lhe digo que não vou deixá-lo, ele responde: "Você pode querer voltar. Mas, se eles não deixarem?" Sofremos isso tudo porque acreditou numa sociedade mais justa, e lutou por sua construção.





**ANISTIA**

15-8-77

Paizinho, você tem recebido minha carta?  
Um recado para essas humeiras deixem  
passar minha carta!

CENSURA  
DEVIDA  
16/02/77  
ENTRADA

Esta carta foi escrita por uma criança, Julietinha, para o pai que estava na prisão. Como ela, há milhares de crianças filhas de famílias perseguidas pelo regime. Algumas foram até presas, outras viram os pais serem submetidos a torturas. Por isso a maioria delas é triste.

Os depoimentos, as poesias e os desenhos desta página são dessas crianças. E apresentam toda uma geração que nasceu e está crescendo diante de acontecimentos dos mais degradantes para o gênero humano. São crianças amadurecidas à força. E é preciso devolver-lhes o direito de serem crianças no tempo certo. Também por elas é preciso construir uma sociedade voltada para o homem e não para o lucro dos poderosos.

**DÓI GOSTAR DOS OUTROS**

Oi, vocês todos  
Boa tarde para todos,  
E um viva para todos:  
Uns versos vou escrever.  
Vou começar... atenção  
Dói no peito chorar,  
Dói nós chorar,  
Dói os seus olhos chorarem.  
Dói nós viver.  
Dói os outros chorarem  
Dói a natureza chorar,  
Dói gostar dos outros,  
Dói cair uma pedra no seu pé.  
Dói falar tchau, amigos.

(Janaina fez esta poesia em 1974 quando tinha 7 anos e estava começando a ler e escrever. Era uma manhã de sábado. Aos sábados à tarde, ela e a mãe iam visitar o pai, que estava preso presídio Romão Gomes, de presos políticos).

**BRASIL**



**André, 13 anos:**

"Eu não conto prá ninguém que meu pai tá preso. O pessoal que tem lá na minha escola é legal, mas eles não entendem nada desses assuntos. Meu pai tá preso porque o governo não ajuda o povo então meu pai e seus amigos tentaram lutar contra isso".

**Pedro, 10 anos:**

"Eu conto prá todo mundo na escola que meu pai tá preso. Mas ninguém entende o que é preso político. Eu acho isso muito ruim, porque eu gostaria muito de poder conversar com os meus amigos sobre o meu pai. Eu quero que meu pai saia e acho que ele vai sair. Ter certeza não dá, porque pode vir uma barra pesada aí, né? Mas eu não vejo a hora de ele sair prá gente se conhecer melhor".

**Fernanda, 7 anos:**

"Mãe, hoje eu enchi de dizer que meu pai tava estudando na França. Juntei todo mundo na escola e disse que ele estava preso. Mas não era bandido, não. Era político. Perguntaram o que era isso. Mandei perguntarem pros pais deles".

**Priscila, 11 anos:**

"Eu gostaria de poder ir para o Play Center com o meu pai. Mas sempre vou com o pai dos outros. Tem vez que eu fico pensando que era bom eu ir com meu pai e levar meus amigos com ele. Eu espero que ele saia da cadeia. Porque tem que haver vários jeitos. O governo caíndo, eu acho meio impossível, porque ele é meio forte. Mas eu espero que ele saia com a anistia. E que seja o mais depressa possível. Eu penso numa praia, num céu bonito e a gente junto brincando. E eu fico muito aflita prá ele sair depressa. Às vezes eu quase falo: Pai, sai daí depressa!"

Companheiro  
Fique em paz  
Na sua triste  
Morada  
De onde se vê o Sol  
Quadrado  
De onde a liberdade  
Não consegue entrar.  
Mas, mais dia menos dia  
O Sol redondo virá  
De novo nascer

Companheiro  
fique em paz  
na sua triste  
morada  
de onde se vê o sol  
quadrado  
de onde a liberdade  
não consegue entrar.  
Mas, mais dia menos  
o sol redondo virá  
de novo nascer.  
(18.06.77)

18/6/77



Rosalice é uma das três presas políticas

*Percorremos um longo caminho nos últimos 14 anos.*

*Tudo nos foi tirado: a estabilidade no emprego, o direito de nos associarmos para defender e conquistar nossos interesses, um salário justo, a posse da terra,*

*moradias, saúde e educação para todos. Nada nos foi poupado.*

*Sugaram nosso suor, derramaram nosso sangue, nos acuaram, nos assassinaram, nos torturaram.*

*Para que eles representassem a farsa de falar em nome do povo, forçaram-nos ao silêncio.*

*Mas vamos nos livrando da mordaça e os primeiros sons, mal articulados ainda, escapam de nossas gargantas.*

*Queremo-nos livres para falar em nosso próprio nome.*

*Para exigir nossos direitos.*

*Para nos unirmos e nos organizarmos, acabar com a opressão e a farsa que não consegue escondê-la.*

*A liberdade roubada a milhões de trabalhadores foi formalmente negada a milhares de nós, que se encontram presos, exilados, banidos e cassados. Essas punições, que vitimaram alguns, foram e continuam sendo uma ameaça para todos.*

*Seu objetivo: arrochar a mordaça, calar todo um povo. Exigir os direitos e a liberdade de todos é exigir também a anulação das punições.*

*Por isso, quando nós, presas políticas, nos engajamos na campanha pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, não estamos lutando apenas em causa própria. Nosso destino está ligado ao destino do povo brasileiro.*

*Quando levamos nossa palavra a vocês, não é como vítimas que falamos, mas como combatentes e companheiros nessa luta que é de todos.*

*Esta poesia foi feita a seis mãos, por Rosalice, Jesse Jane e Norma, presas políticas de Bangu, no Rio de Janeiro, em março de 1978.*

# DA PRISÃO:



A anistia é hoje uma das lutas centrais de todos os que defendem a liberdade de organização, manifestação e expressão. Dentro da campanha pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, entrevistamos 3 presas políticas do Presídio Feminino de Bangu, Rio de Janeiro. Jesse Jane, Norma e Rosalice falam de suas condições de vida na prisão e de sua posição sobre anistia.

**Brasil Mulher — Qual a situação carcerária dos presos políticos no Brasil?**

**Presas Políticas —** Ela varia de região para região. Além do grave problema dos presos de Linhares, há a situação das mulheres que, pela singularidade de sua situação, sofrem um isolamento e uma opressão particulares. Para minorar nossos problemas, 3 presas políticas confinadas a um presídio comum, lutamos por nossa transferência para o presídio político. Fizemos uma greve de fome de 20 dias mas até hoje essa reivindicação não foi atendida.

**BM — Como os movimentos feministas apoiam os presos políticos?**

**PP —** No nosso caso, como mulheres presas, esse apoio é fundamental. Somos poucas e isoladas, o que restringiu muito nosso contato com o mundo. Até final de 76 não tínhamos canais de expressão. Procuramos então os movimentos feministas, que nos deram grande apoio, principalmente na greve de fome do ano passado. Mas nosso contato ainda é precário. Gostaríamos de nos sentir parte desses movimentos, através de colaboração, participação nos debates, um contato mais estreito. Compreendemos a importância do movimento pela emancipação da mulher e consideramos que ela é uma das premissas para a real libertação do povo.

**BM — A anistia acabará com perseguições e prisões políticas?**

**PP —** Sim. Por isso o regime tentará frear o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita com a concessão de paliativos legais. Trata-se de fazer desse movimento uma luta consequente de fato, levantando também as palavras-de-ordem de queda da ditadura e liberdade de organização e expressão para o proletariado.

**BM — Esse movimento é unificador? Ele interessa à burguesia?**

**PP —** Da forma como o colocamos, ele não interessa à burguesia. A ela, como sustentáculo do regime, interessa só a liberalização restrita às reformas que ela vem pleiteando para si própria, para ter maior espaço político. Entretanto, o movimento é unificador porque perseguições e prisões políticas atingiram e atingem a todos os setores da sociedade. De

camponeses a bancários, de operários a artistas. A uns mais barbaramente, a outros menos. A opressão policial que vimos sofrendo nos unifica num mesmo desejo de libertação. A anistia significará a liberação do rico potencial do povo, o despertar das energias tolhidas pelo poderoso aparato repressivo. A nossa emancipação passa pelo caminho da anistia.

**BM — Como a luta pela anistia atinge hoje a classe operária?**

**PP —** A campanha pela anistia deve se adequar à realidade específica de cada setor. A classe operária, assim como os trabalhadores rurais, foi a mais atingida nestes anos de perseguição política. Trata-se então de uma repressão que sofreu nos últimos 14 anos, para impedir sua livre expressão e organização como classe, através de mecanismos jurídicos legais que "justificaram" a perseguição que se mantém até hoje. Portanto, a campanha da anistia entre a classe operária visa a despertar sua memória histórica, mostrando que a luta de seus dirigentes, que tombaram nos últimos anos, é a mesma luta de toda a classe hoje. A anistia e as lutas específicas não são contraditórias em nenhum setor. Pelo contrário, elas se somam, se completam, uma depende da outra.

**BM — Quais as principais tarefas do movimento pela anistia?**

**PP —** A organização e ampliação do movimento. Deve acompanhar e se manifestar frente aos acontecimentos que a realidade coloca. É importante que ele denuncie a Justiça Militar, assegure condições carcerárias dignas. Que ele assuma a tarefa de explicar quem são os perseguidos políticos, o que pretendem, porque estão presos ou banidos. Que os situe historicamente, desmascarando as deturpações que o regime tentou impor, através da imprensa e de pronunciamentos oficiais.

**BM — Como se dará a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita?**

**PP —** As prisões e perseguições políticas ocorrem na razão direta da atuação das pessoas na luta pela libertação de todo o povo. A campanha pela anistia é fundamental por demonstrar o aparato repressivo do regime, levando ao povo a consciência das amarras a que está submetido. Principalmente, colocar que só com a destruição desse aparato repressivo ele terá condições de melhor desenvolver sua organização e conquistar sua libertação. A liberdade para os presos e perseguidos políticos será conquistada no bojo da luta do povo brasileiro por seus direitos fundamentais.

# FATOS

## Vêm aí as eleições

As eleições se aproximam. E, embora no regime autoritário sob o qual vivemos nunca se possa afirmar com certeza que elas se realizarão ou não, a discussão começa a esquentar.

É válido participar dessas eleições? Com a falta de liberdade que impera elas podem servir de alguma forma aos interesses populares? Como garantir a eleição de candidatos realmente dispostos a utilizar o Parlamento para auxiliar o desenvolvimento da luta dos trabalhadores?

Em torno de questões como estas, nas fábricas, nos escritórios, nos bairros da periferia, nas universidades, o debate vai se ampliando.

### PARTICIPAR É NECESSÁRIO

Uma coisa é certa: não há de ser com eleições como estas que os trabalhadores e o povo resolverão os graves problemas que os afligem. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas são órgãos quase sem nenhum poder. Mas, mesmo que fosse diferente, são tantas as cartas marcadas neste jogo eleitoral que é praticamente impossível o povo levar vantagem.

Há a Lei Falcão, impedindo o acesso dos candidatos ao rádio e à TV; há o recém-criado senador "biônico", invenção do regime para beneficiar a Arena; há a lei das inelegibilidades, que exclui do processo milhares dos mais combativos adversários deste regime repressivo, anti-operário e antipopular. Mesmo os representantes eleitos correm o risco de serem cassados. Há a falta de liberdade para se organizar autênticos partidos políticos. Há apenas dois partidos, ambos criados pelo próprio regime. Há o voto de cabresto e as ameaças dos patrões, armas eleitorais de eficácia comprovada.

Tudo isso deixa claro que não se deve ter ilusões a respeito dessas eleições. As transformações sociais que o povo almeja e necessita terão de ser alcançadas através da luta pela verdadeira democracia e por uma sociedade onde não haja lugar para os exploradores. Só a participação popular direta, através das organizações populares construídas pelos trabalhadores, poderá dar uma

solução verdadeira aos problemas do nosso país. É aí que deve estar o nosso principal terreno de luta.

No entanto, para ampliar esse terreno de luta, é necessário aproveitar todas as brechas existentes. E o Congresso é uma dessas brechas. Embora suas limitações sejam evidentes e uma atuação parlamentar consequente tenha que se preocupar constantemente em colocar em cheque essas limitações, essa brecha deve ser aproveitada. Através das eleições podemos e devemos não só procurar impedir que os representantes do governo sejam senhores absolutos do Congresso, mas, principalmente, colocar lá pessoas capazes de contribuir, de fato, para o avanço das lutas e o crescimento das organizações populares.

### QUE OPOSIÇÃO É ESTA?

Participar das eleições sem ilusões é não se iludir com o MDB, o partido "de oposição". A maioria dos emedebistas diz que é contra o governo, mas quer um acordo com ele; clama por aberturas, mas quer o povo bem longe do poder político. Hoje, mais do que nunca, interessa à classe operária e ao povo distinguir claramente entre as correntes de oposição; entre quem deseja entrar num acordo com o regime e os que lutam contra ele; entre quem quer o diálogo com o governo e quem deseja fazer oposição de fato.

Neste momento, alguns setores de oposição e de dissidência do regime lançam uma Frente Nacional de Redemocratização, propondo-se a lutar pela democracia. É preciso parar um pouco e pensar no real significado disso.

Qualquer tentativa de organização de setores descontentes com o regime é válida. Mas não basta. Somente a livre organização e expressão dos interesses da maioria dos oprimidos fará nascer uma frente verdadeiramente interessada na democracia. Só com base nos setores populares e submetida aos seus verdadeiros objetivos, essa frente poderá representar o avanço decisivo na conquista das liberdades democráticas para todo o povo.

## Professores se organizam

Os professores da rede particular de ensino e seus colegas da rede pública organizaram-se para conquistar suas entidades de classe. O Movimento Pró-Chapa de Oposição para o Sindicato Único dos Professores de São Paulo (1º, 2º e 3º graus - Escolas Particulares) vem realizando uma série de assembléias abertas à categoria para discutir a plataforma da futura chapa de oposição.

Além de reivindicações gerais, destacam-se: fim do arrocho salarial; pagamento de "janelas" e serviço extra-classe; adicional noturno; 5ª semana; estabilidade; pagamento até o dia 5 de cada mês; fim do atestado ideológico; direito irrestrito de greve; negociações diretas entre patrões e empregados; liberdades democráticas e liberdade de organização e expressão. Essas reuniões estão ocorrendo na rua Afonso Pena, 272 (Grêmio Poli), em São Paulo.

## FRAUDE

As eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foram anuladas pelo procurador do Trabalho Osvaldo Preuss. Já no primeiro dia de votação, a CHAPA 3, de oposição, encaminhara à DRT denúncia de várias irregularidades cometidas pela atual diretoria, que está há 13 anos no sindicato.

Fiscais credenciados pela CHAPA 3 foram impedidos de acompanhar urnas volantes, o lacre usado não assegurava inviolabilidade, houve falsa identificação de votantes, votação de pessoas que não constavam da lista de eleitores. Apesar disso, a DRT decidiu prosseguir nas eleições. Mas quando os votos estavam sendo apurados, no dia 1º de julho, o procurador do Trabalho constatou finalmente as irregularidades, em pelo menos uma das urnas fixas na sede do sindicato. Havia alguns eleitores que votaram nesta urna e em outra urna votante, que passou por seus locais de trabalho. A eleição foi anulada e a CHAPA 2 retirou-se do pleito, em favor da CHAPA 3.



O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas terá eleições a 10 e 14 de julho. E, pela primeira vez, haverá uma chapa de oposição à atual diretoria, a CHAPA 2, que defende "um sindicato forte, autêntico e combativo", pois sabe que "a diretoria atual perdeu a confiança dos metalúrgicos". São mais de 36 mil metalúrgicos em Campinas, Americana, Nova Odessa, Sumaré, Paulínia, Indaiatuba e Valinhos.

Entre os candidatos à diretoria está uma mulher, Cleide Luchesi, e há outra como suplente do Conselho Fiscal, Aparecida M. Thiago Ferreira. As palavras de ordem da CHAPA 2: "Pelo direito de greve! Por melhores condições de trabalho! Por um sindicato operário! Contra o arrocho salarial!"

## Encontro sobre trabalhadoras

"A luta pela emancipação da mulher é a mesma luta da classe trabalhadora." Essa foi a opinião geral do encontro promovido pela Frente Nacional do Trabalho sobre a participação da mulher nos movimentos de trabalhadores. Eles sentem cada vez mais a importância da mulher na luta por sua libertação. Essa foi a maior preocupação do encontro que contou com a presença de um grande número de operárias jovens. Elas foram ali buscar soluções e propostas para o trabalho que desenvolvem nas fábricas e nos bairros.

## A censura acabou?

A suspensão da censura prévia dos jornais "Tribuna da Imprensa", "Movimento" e "O São Paulo" não significa que já existe liberdade de expressão do pensamento político na imprensa brasileira. A maioria dos grandes jornais tem a censura interna dos patrões; em outros, os próprios redatores ainda tentam se libertar da auto-censura, resultado de anos de castração intelectual pela censura oficial.

Isto sem falar do rádio e da televisão, que vivem recebendo telefonemas proibindo a divulgação de certos acontecimentos. Foi proibida, por exemplo, a divulgação da greve dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo e no dia 30 de junho, a censura vetou qualquer noticiário em rádio e TV sobre o lançamento da Frente Nacional de Redemocratização na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Além disso, o teatro brasileiro continua sob censura. Recentemente, um grande espetáculo criado por 10 autores — a Feira Paulista de Opinião, um painel sobre a realidade brasileira — teve uma de suas peças vetada, a de João das Neves. E os outros autores, ou a maioria deles, teve suas peças cortadas. Por isso, todos os que iam trabalhar no espetáculo decidiram não montá-lo mais e isso acabou mobilizando a categoria para a criação da Associação Paulista de Autores Teatrais.



# “Vim para discutir a liberdade que mulher tem que ter”

“Vim para ver a situação das outras mulheres no trabalho, os problemas da mulher casada, os problemas da mulher que faz os mesmos serviços que o homem e ganha diferente e ver também como é o meu trabalho”.

Com essa disposição, as trabalhadoras do setor químico e farmacêutico de São Paulo reuniram-se em seu I Congresso, nos dias 29 e 30 de abril, para discutir não só os problemas próprios de sua área de trabalho, mas também os problemas mais gerais da mulher trabalhadora no Brasil.

Elas fizeram, nas fábricas em que foi permitido, as inscrições para o Congresso e, no fim de semana, se reuniram e ouviram palestras. Em seguida, dividiram-se em grupos para discussão e cada grupo escolhia uma relatora que, no final do dia, contava para todas as outras, novamente reunidas, a que conclusões seu grupo havia chegado.

Se a frequência foi baixa — havia cerca de 300 inscrições, mas só umas 70 mulheres compareceram — é porque ainda existe o medo e as pressões dos patrões. “Muitas não vieram com medo de perder o emprego”, explicou uma delas. “Lá dentro da fábrica ninguém fala em sindicato, só eu, que não tenho medo”.

Por isso, elas acham que “o sindicato tem que fazer alguma coisa, tem que estar presente nas empresas, distribuindo jornais, convocando para assembleias, realizando nas próprias firmas reuniões como esta. E a gente tem que participar do sindicato para poder fazer tudo isto”.

## «Quero ganhar mais sem ter que fazer hora-extra»

A palestra que abriu o Congresso, feita por uma representante do DIEESE, revelou que o setor tem 59 mil operários, dos quais 11 mil são mulheres (37%). A média de salário é de Cr\$ 6.300,00 para os homens e de Cr\$ 3.200,00 para as mulheres. Será que o trabalho deles é diferente?

“Na minha firma até trocaram os homens por mulheres, porque elas deram mais produção e ganham menos”, explicou uma das participantes. “A mulher produz muito e ganha menos e, além disso, quando procura emprego, olham se ela é casada ou solteira, se é bonita ou feia. Já viu o que escolhem, né?”

A média de Cr\$ 3.200,00 não é, natural-

mente, o que todas ganham. “Tenho 23 anos de firma e ganho Cr\$ 1.700,00», contou uma delas. “É o salário-família de Cr\$ 55,00 não dá nem pra comprar um par de sapatos”. Por causa dos baixos salários, surge a necessidade de se fazer hora-extra, para enfrentar os aumentos de preços. Mas ninguém gosta de hora-extra; além do mais, a mulher tem o trabalho de casa.

— Somos obrigadas pela firma a fazer hora-extra. Não existe cartão na minha empresa, existe uma folha em branco que passa diariamente para assinar. Deveria ser pago no final da semana, sem desconto do INPS.

O horário noturno foi outro ponto de discussão nos grupos e a maioria das participantes foi contrária a ele. “A noite foi feita para descanso”, dizem elas. “As mulheres deviam se unir contra isso”.

Elas também discutiram muito sobre a reivindicação de aposentadoria aos 25 anos de trabalho, alegando como motivo o fato de a mulher também trabalhar em casa. O que não ficou esclarecido é que o trabalho no setor é insalubre e perigoso — o que, legalmente, dá direito à aposentadoria aos 25 anos — embora os laboratórios e indústrias químicas não reconheçam isso.

Mas há outros problemas ainda: a ida ao banheiro é controlada por fichas, a higiene deixa muito a desejar, os horários de almoço são reduzidos e as refeições são feitas em locais inadequados, em meio ao cheiro enjoativo de produtos farmacêuticos e químicos; além disso, as mulheres denunciaram que são obrigadas a fazer faxina nas máquinas e nos locais de trabalho. O depoimento de uma delas: “Trabalho na embalagem e, na sexta-feira, além da limpeza da máquina faço a faxina do chão e dos vidros da seção”.

## «Tenho mais medo dentro da fábrica do que na rua»

Os perigos e riscos de acidentes e doenças são muito maiores em laboratórios químicos e farmacêuticos do que em outros setores. Vários casos absurdos relatados pelas participantes do Congresso confirmam essa realidade: “Só depois que um caco de vidro furou o olho de uma menina da seção é que eles deram óculos de proteção”, contou uma delas. “No laboratório não tem nenhum atendimento médico”, denunciou outra. “Na minha fábrica tem uma máquina de expansão, de onde sai uma descarga de

vapor e depois um jato de água fria”, acrescentou uma terceira.

Elas acham que “os laboratórios deveriam oferecer mais segurança, porque a vida humana é mais importante que qualquer lucro a mais do patrão”. Em precárias condições de trabalho e lidando com um serviço perigoso, uma das participantes do Congresso argumentou que “até produziria mais se trabalhasse com ar refrigerado e com mais espaço, porque minha máquina funciona numa temperatura de 480 graus e faz um barulho infernal”.

Devido à necessidade de equipamentos de proteção individual e coletiva é que foi criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), uma em cada fábrica. Mas as CIPAs não têm representantes dos trabalhadores e muito menos mulheres. As participantes do Congresso, porém, acham que a mulher deve participar da Comissão, deve ser orientada para isso, através de cursinhos junto com todos os trabalhadores. “Ora, se a mulher não pode carregar o peso do extintor, como é que ela aguenta levantar mais de 20 quilos no trabalho?” — perguntaram.

## «A obrigação do sindicato é ir fuçar nas fábricas»

A não participação dos trabalhadores nas CIPAs gerou muita discussão no Congresso das Químicas, muitas reclamações, muitos protestos e também muitas sugestões. “O sindicato deveria participar mais, com mais fiscalização”, disseram. Mas lembraram, também, que “o que é perigoso, o patrão não mostra nunca para o sindicato: a obrigação, portanto, é do sindicato ir fuçar, pois se depender da empresa ele não vai ver nada”.

Elas também acham que a CIPA “deveria existir de acordo com os riscos e não só quando tem mais de 50 empregados na fábrica”. Também reclamaram que “os relatórios das CIPAs não são conhecidos dos empregados” e que “os acidentes acontecem e não tem quem oriente os trabalhadores”. Segundo elas, “há necessidade de todos aprenderem, homens e mulheres; todos devem participar e não só os chefes, porque é só com a participação dos trabalhadores que conseguiremos o fortalecimento da CIPA, tornando-a um órgão mais atuante na defesa dos interesses dos trabalhadores”.

## Nosso corpo - parte 1

Nesta página, Brasil Mulher inicia uma série de artigos sobre reprodução, métodos contracepcionais e sexualidade. Em geral, nós, mulheres, desconhecemos o nosso corpo. O pouco que nos ensinaram foi a sentir dores, dores de menstruação, dores da primeira relação sexual, dores de parto. Ninguém nos ensinou nada sobre o prazer que nosso corpo pode nos dar.

É importante que nós, mulheres, aprendamos como funciona o nosso corpo, como dele nascem os filhos e como podemos impedir que eles nasçam quando nós não os queremos.

O aparelho reprodutor e sexual da mulher é composto por órgãos internos e externos (veja o desenho). Os órgãos reprodutores, que propiciam a reprodução, são internos, isto é, estão localizados dentro do corpo da mulher, e são: os ovários, as trompas e o útero.

Os ovários, além de produzirem os óvulos, secretam e liberam hormônios femininos que servem para controlar o ciclo reprodutivo da mulher.

Ao nascer, a mulher já traz em seus ovários todos os óvulos que serão liberados durante seus anos reprodutivos. Calcula-se em mais de cem mil os óvulos presentes ao nascer, porém, geralmente, somente um óvulo é liberado por mês. Ao todo, entretanto, cerca de quatrocentos óvulos são liberados com probabilidade de serem fecundados, durante a vida de uma mulher normal; os restantes degeneram em sua maioria, por ocasião do término dos anos reprodutivos fecundados — a época da vida da mulher chamada menopausa. O útero é um órgão muscular ôco. Sua função principal é servir de local onde o óvulo fertilizado deve crescer e se desenvolver. É dentro dele que ocorre a gravidez. A parte superior do útero, chamada corpo do útero, está normalmente inclinada para frente sobre a bexiga urinária. A parte inferior chama-se colo e se salienta, ligeiramente, para dentro do canal vaginal.

O papel primordial das trompas é absorver o óvulo expelido pelos ovários. Caso tenha havido uma relação sexual, os espermatozoides (sementes do homem) caminham para fertilizar o óvulo na parte média das trompas.

O conjunto dos genitais femininos é chamado de vulva. Eles servem de parte terminal do aparelho reprodutor e são: a vagina,



abertura para a penetração do órgão sexual masculino (o pênis) na relação sexual e para saída do bebê na ocasião do parto; e o clitóris. O clitóris não tem função fisiológica específica na reprodução, mas contém receptores tácteis que quando estimulados ajudam a excitar sexualmente a mulher durante o ato sexual.

Os órgãos genitais externos e os seios são de menor importância na reprodução. Eles têm mais importância para o prazer sexual da mulher.

O que é a ovulação?

Os dois ovários produzem óvulos. Chama-se ovulação o momento em que o óvulo (semente da mulher) se encontra maduro e desce do ovário para o útero pelas trompas. E durante este trajeto que o óvulo pode ser fecundado pela semente do homem (espermatozóide). Isso acontecendo, ocorre a gravidez.

O que é o ciclo menstrual?

Chama-se ciclo menstrual da mulher (vulgarmente conhecido por incômodo, vergas, chicho) o período que vai do 1º dia da menstruação até ao 1º dia da menstruação seguinte. Este período pode variar entre 26 a 32 dias. Se, ao fim deste período, a menstruação não aparecer, é porque a mulher está provavelmente grávida.

O que é a contracepção?

A contracepção é o conjunto de meios que permitem a um homem e uma mulher ter relações sexuais sem que ela corra o risco de ficar grávida. Sabendo como funciona o nosso corpo, o que se passa durante o ciclo menstrual e utilizando um dos vários métodos contraceptivos, diminui-se o risco de engravidar quando não se quer. Assim, é possível ter uma vida sexual natural, despreocupada e satisfatória.

## o auxílio reclusão

Quando um contribuinte do INPS vai preso, seus dependentes têm direito ao auxílio reclusão, uma pensão que pouca gente recebe, ou porque desconhece a lei, ou porque tem medo da burocracia, ou porque as autoridades não reconhecem a prisão do contribuinte (muita gente vai presa ilegalmente no Brasil).

Para que os dependentes tenham direito ao auxílio reclusão, é preciso que o contribuinte tenha recolhido pelo menos 12 pagamentos ao INPS, completando assim o chamado período de carência. Nesses casos, quando o contribuinte vai preso os dependentes devem obter uma declaração ou qualquer outra prova da prisão, juntar a carteira profissional do contribuinte e preencher as guias que o INPS fornece. Logo no mês seguinte, passam a receber 50% do salário do contribuinte preso.

Quando o pedido entra com atraso, muitos meses depois da prisão, os dependentes têm direito a receber as pensões de todos esses meses. Outro ponto importante é que a porcentagem de 50% só vale quando o único dependente do contribuinte preso é o cônjuge (marido ou esposa). Se o contribuinte preso tiver filhos, o INPS pagará mais 10% de seu salário por cada filho, até o máximo de 5 filhos.

A lei não distingue entre preso político e preso comum; todos têm direito ao auxílio reclusão. É importante saber, também, que mesmo quando o contribuinte estava desempregado no momento de sua prisão, ainda assim os dependentes têm direito à pensão, contanto que o último emprego do contribuinte tenha sido até 12 meses antes de sua prisão.

# Burgo paulista esclarece:

O motivo desta é tentar desfazer dúvidas sobre nosso trabalho, seus objetivos e os meios que dispomos, pois nos parece não ter ficado claro no artigo do jornal anterior.

Em primeiro lugar a matéria deveria ter sido criticada por nós e pela equipe que acreditamos existir para supervisionar os artigos a serem publicados. Essa crítica nos teria mostrado que a linguagem tinha que ser mudada, de modo que qualquer pessoa que a lesse, entendesse o que se quis dizer sem se chocar. Nos teria mostrado que, quando se fala numa associação ou qualquer movimento organizado, mas aberto, não se pode precisar exatamente o número de participantes. Então, quando algumas pessoas dessa Associação falam numa reunião com outros grupos, representam não só sua opinião e trabalho, mas também a de muitas outras pessoas. Portanto, não achamos justo que seus nomes sejam destacados como se fossem pessoas super dotadas. Quando fazemos qualquer reivindicação, procuramos movimentar todo o pessoal do bairro, então quando conseguimos alguma coisa, não conside-

ramos uma vitória nossa, mas de todo o povo, de cada um que direta ou indiretamente contribuiu neste trabalho. Acreditamos que toda pessoa tomando conhecimento de um problema, dando sugestões de solução que são aceitas pela maioria e ajudando na sua realização é um líder, daí se fosse para citar nomes considerados importantes para nós, teríamos que falar de muita gente. Liderança para nós não é cargo profissionalizado.

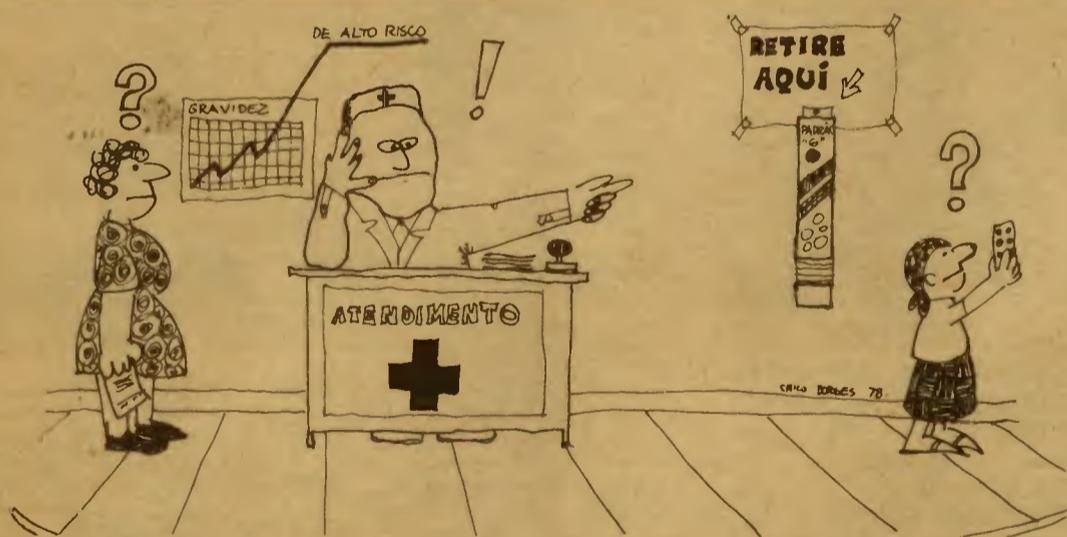
A impressão que o artigo deu a muita gente do nosso grupo, foi o de algumas alegres senhoras falando um pouco de tudo e ao final não dizendo nada, como se a gente estivesse interessada em seguir a corrente dos que usam os jornais para se promover de forma vazia, futil, como válvula de escape das suas frustrações, o que não é o nosso caso. Quando falamos ao Jornal ou a qualquer pessoa sobre o nosso trabalho fazemos com a intenção de mostrar para outras mulheres do que serão capazes se descobrirem o seu valor, seja como operária, esposa ou mãe, porque acima disto são criaturas pensantes, e como tal com sua parcela de responsabilidade na construção do mundo. Se algumas coisas que dizemos

não correspondem com o que de real existe, não é culpa total nossa, mas de toda uma sociedade que há milênios se debate entre os que querem realizar muito e aqueles a quem isto não interessa, entre o que muito se pensa e o que as condições nos permitem realizar. Mas o pensamento é o projeto do real e concretizar cabe a cada uma, a cada um de nós, e não alguns mas a um TODO.

Enfim, agradecemos ao jornal que se dispõe a divulgar esse nosso trabalho, mas antes que qualquer matéria seja publicada tem que ser submetida à crítica tanto por quem deu a entrevista quanto por vocês, por que se de um lado respondemos por uma Associação de Donas de Casa cujo lema é amizade, formação e ação, de outro lado existe o interesse de vocês em zelar pela boa qualidade do jornal, meio que vocês criaram para fazer um trabalho de informação, e formação que achamos muito importante e que deve ter um valor muito grande para vocês também".

Associação de Donas de Casa,  
setor Burgo Paulista

## controle da natalidade: incoerência do BM ?



«Companheiras do Brasil Mulher:

Esse conjunto de documentos que enviamos é fruto da discussão que tivemos sobre 10 números do BM. (...) Achamos que o apoio a vocês é um dos nossos objetivos fundamentais. Mas ele deve ser crítico, a fim de que possamos aprofundar as questões do movimento feminista internacional e brasileiro especificamente (...). Um abraço».

**Sub-grupo do Circulo de Mulheres Brasileiras em Paris**

Trechos de um desses documentos:

«Como o BM vê a questão do controle da natalidade e o que propõe? A questão do controle da natalidade aparece no jornal sobretudo através da campanha contra a concepção

imposta por cima, de maneira compulsória: contra a ação da Benfam. Sobre essa questão, a equipe de redação do BM não tem uma posição coerente, notando-se mudanças notáveis de enfoque e/ou posição nos sucessivos números.

«O BM nº 4 trata do controle da natalidade forçado promovido pela Benfam e das diferenças com o sistema adotado nos Estados Unidos. A declaração do governo brasileiro de que o controle da natalidade é "assunto da competência dos casais" é contraditória com a prática governamental. A crítica correta do BM é centrada, porém, na atividade da Benfam, e com isso permanece jornalística, sem perspectivas, sem palavras de ordem sobre o próprio controle da natalidade...

«O nº 6 é o pior. É horrível. Termina um artigo dedicado a esculhambar a pílula com a exortação: 'Prezada leitora. Jogue fora sua pílula. Mas faça isso agora, imediatamente, assim que acabar de ler este artigo de solidariedade a você. Ficamos imaginando o que todas as mulheres que jogaram a pílula pela janela fizeram depois. Dezenas de filhos? É incrível a irresponsabilidade do autor (a) do artigo, que não indica outros métodos anticoncepcionais quando contra-indica a pílula. Não há nenhuma informação sobre os métodos possíveis, parece que ter filhos é obrigação.

«Ora, as questões-chaves: a mulher deve dispor de seu corpo? deve ter o direito de não ter filhos se não quiser? deve ter acesso à contracepção e ao aborto livres? deve reivindicar a gratuidade desses meios? são todas questões não respondidas e, o que é pior, nem sequer colocadas.

«O nº 7: crítica contra a Benfam e o controle forçado da natalidade e contra a concepção da gravidez 'de alto risco'. O problema é deslocado para 'questões mais sérias como subnutrição, má distribuição de renda, falta de assistência médica etc'. Levantar esses problemas é correto tratando-se do programa de gravidez 'de alto risco'. Mas limita o aspecto da questão ligado ao domínio pela própria mulher do seu corpo. O artigo coloca com justeza a necessidade de lutas sociais gerais mas, ao mesmo tempo, perde de vista a necessidade de batalhas específicas para abater esse aspecto particular de sua opressão no sistema atual».

O MENINO DE ZEFINHA, O MAIS MAGRINHO, FOI PRO JUIZADO... TAVA BATENDO CARTEIRA...

TAMBÉM A MÃE NÃO PODE CUIDAR DOS FILHOS TRABALHANDO COMO DOIDA

...E... O DESTINO DE QUEM NASCE E CRESCE INDIGENTE QUE NEM NOS SÓ PODE SER ESSE...

...E A GENTE FICA SEMPRE TENDO FILHO PRA NASCER DE QUALQUER JEITO... E QUANDO JÁ ESTÁ NA BARRIGA, NÃO SE TEM MAIS NADA A FAZER...

E A MARLI AÍ, COITADA, CASOU ONTEM E JÁ TÁ GRAVIDA!...

ESTÁ BOM ASSIM; APESAR DE TUDO EU QUERO O MENINO... CHATO É PRA QUEM NÃO QUER E TEM!

Ô, COMADRE, EU OUVI FALAR, ACHO QUE PELA TV, QUE O GOVERNO ESTÁ PENSANDO EM RESOLVER O PROBLEMA DE MULHER QUE TEM MUITOS FILHOS...

...MÁS NÃO ACHA QUE ISSO É MEIO ERRADÃO?...

NÃO ERA MELHOR QUE AO INVÉS DE PILULAS ELES DESSEM MELHORES SALÁRIOS NOS TODOS DAQUI... UM POSTO DE SAÚDE PARA QUE O MEDICO ACOMPANHASSE A GRAVIDEZ DA GENTE; ESCOLAS PARA NOSSOS FILHOS; ISSO SIM, É QUE SERIA BOM!

PARECE QUE É VERDADE! ACHO QUE ELES VÃO DISTRIBUIR DE GRACA, AS TÁIS DE PILULAS ANTICONCEPCIONAIS PRA TUDO QUANTO É MULHER...

HUM, HUM, HUM... QUEM SÃO ESSES AÍ?...

BONFARD: SOMOS DO PROGRAMA DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL DO MINISTERIO DA SAÚDE. PODEMOS BATER UM PAPINHO? NÃO QUEREM CONVIDAR ALGUMA AMIGA, VIZINHA??

QUANTO MAIS EU REZO MAIS ASSOMBRAÇÃO ME APARECE.

MINHAS SENHORAS, COMO FALEI NO INICIO SOMOS REPRESENTANTES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ DE ALTO RISCO DO MINISTERIO DA SAÚDE E TEMOS ÓTIMAS NOTÍCIAS PARA TODAS VOCES TEMOS AQUI 1.500 CAIXINHAS DE PILULAS ANTICONCEPCIONAIS PARA DISTRIBUIR ENTRE AS MULHERES DESTA FAVELA!

EU TENHO UMA COISA PARA DIZER...

POIS NÃO! ESTAMOS AQUI PARA CONVERSAR...

TODAS SERÃO BENEFICIADAS POIS AS PILULAS EVITARÃO QUE VOCES ENGRAVIDEM TODO ANO E QUE POR NÃO SE ALIMENTAREM DIREITO TERÃO FILHOS DEBEIS, AUMENTANDO A MORTALIDADE INFANTIL. EVITAREMOS TAMBÉM QUE MUITAS DE VOCES MORRAM DE PARTO, E...

DONA: EU FICO MUITO AGRADECIDA POR QUE A SENHORA SE DEU AO TRABALHO DE SAIR DA SUA CASA PRA NOS PRESTAR UM FAVOR. SÓ QUE EU ACHO, AQUI NO MEU POUCO ENTENDER QUE ESSE NEGOCIO DE DISTRIBUIR PILULAS DE QUALQUER JEITO ESTÁ ERRADO. A GENTE NÃO QUER DEIXAR DE TER FILHO, A GENTE QUER TER FILHO NO MOMENTO QUE A GENTE ESCOLHER, SABENDO QUE QUANDO CRESCEREM VÃO TER ESCOLA E TRABALHO! ALÉM DISSO, OUVI FALAR QUE ESSAS PILULAS TRAZEM OUTROS TIPOS DE DOENÇAS QUE A GENTE NEM CONHECE. E QUE É PRECISO QUE UM MEDICO NOS EXAMINE DE VEZ EM QUANDO... E SÓ PRA ARREMATAR, DONA, SE HA MULHER SEM COMER E QUE POR ISSO TEM FILHO FRAQUINHO, E POR QUE AS COISAS NÃO SÃO IGUAIS PRA TODO MUNDO...

E NÃO É SÓ ISSO, NÃO SENHORA! OUVI DIZER QUE EXISTEM OUTRAS COISAS PRA CONTROLAR A GRAVIDEZ! NÃO EXISTE SÓ PILULAS E EU QUERO SABER QUE OUTRA COISA TEM PRA ESCOLHER, ORA!!!

OLHA AQUI: A GENTE VAI SE O-R-G-A-N-I-Z-A-R AQUI, A PARTIR DE HOJE, PARA TENTAR POR UM POUCO DE CONFORTO AQUI NESTA FAVELA! VAMOS FUNDAR UMA ASSOCIAÇÃO E...

E QUE OS PAIS PREFERIRAM (ABANDONAR OS FILHOS NO MATO AO INVÉS DE PAR DE COMER!

CALMA, CALMA... ER... QUER DIZER... O QUE É ISSO DE JOÃO E MARIA?

VAMOS EMBORA!!

A COMADRE AÍ TEM RAZÃO...

NÃO SEI PORQUE, MAS ESSE NEGOCIO DE PILULA ME LEMBROU A ESTORIA DE JOÃO E MARIA...

A CUMADE FALOU!